



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Desenvolvimento Económico ou Direitos Humanos?

O Conflito Invisível nas Terras de Inhassoro e Govuro



Maputo, Junho de 2024

Título: Desenvolvimento Económico ou Direitos Humanos? O Conflito Invisível nas Terras de Inhassoro e Govuro

Director: Edson Cortez

Autor: Rui Mate e Arlindo Nhanssebo

Revisão de pares: Aldemiro Bande, Borges Nhamirre, Gift Essinalo

Propriedade: CIP

Revisão linguística: Samuel Monjane

Maputo, 2024



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Desenvolvimento Económico ou Direitos Humanos?

O Conflito Invisível nas Terras de Inhassoro e Govuro

Maputo, Junho de 2024

Índice

| | |
|---|-----------|
| Lista de acrónimos..... | 5 |
| Índice de Figuras..... | 5 |
| Índice de Gráficos..... | 5 |
| Sumário Executivo..... | 6 |
| 1. Introdução..... | 8 |
| 1.1 Delimitação Espacial da Pesquisa..... | 9 |
| 1.2 Objetivos da Pesquisa..... | 9 |
| 1.3 Metodologia..... | 9 |
| 1.4 Limitações do Estudo..... | 10 |
| 1.5 Estrutura do relatório..... | 10 |
| 2. Desenvolvimento Económico e Direitos Humanos, Um Equilíbrio que pode ser Alcançado..... | 11 |
| 3. Transparência e Responsabilidade: Dois Grandes Desafios na Implementação dos ADL's..... | 12 |
| 3.1 Discrepâncias na Implementação dos ADLs..... | 13 |
| 3.2 Desafios no Acesso à Energia..... | 16 |
| 3.3 Impacto Potencial dos ADL's de Inhassoro e Govuro no PIB da província..... | 17 |
| 3.4 Principais Preocupações na Implementação dos ADL's nas Comunidades de Inhassoro e Govuro..... | 18 |
| 3.5 Comunidades valorizam projectos com impacto tangível para o seu bem-estar..... | 21 |
| 4. A Problemática da expansão da Sasol e reassentamentos provisórios em Inhassoro..... | 23 |
| 4.1 Consulta ou Notificação? Desafios nos Processos de Reassentamento em Inhassoro..... | 23 |
| 4.2 Reassentamento Provisório pode Aprofundar a Vulnerabilidade das famílias..... | 25 |
| 4.3 Fragilidades nos Contratos e as Possíveis Consequências Negativas para as Famílias Afectadas e Empresa..... | 27 |
| 4.4 Agricultura e Subsistência: Desafios Pós-Reassentamento em Inhassoro..... | 27 |
| 4.5 Relações Tensas e falta de Confiança entre membros da Comunidade..... | 28 |
| 4.6 Desigualdades de Género no Reassentamento..... | 29 |
| 4.7 Governo deve proteger os direitos das comunidades..... | 29 |
| 4.8 Governo deve proteger os direitos das comunidades..... | 30 |
| 5. Conclusão..... | 32 |
| 5.1 Recomendações..... | 32 |
| 6. Referências..... | 34 |
| 7. Apêndices..... | 36 |

Lista de acrónimos

| | |
|---|--|
| ADL – Acordos de Desenvolvimento Local; | |
| BM – Banco Mundial; | |
| CTT – Central Térmica de Temane; | |
| DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra; | |
| FMI – Fundo Monetário Internacional; | |
| GPL – Gás de Petróleo Liquifeito; | |
| GTCE – Grupo de Trabalho Conjunto para o Emprego; | |
| ITIE – Iniciativa de Transparcia da Indústria Extractiva; | |
| OCS – Organizações da Sociedade Civil | |
| SAA – Sistema de Abastecimento de água; | |
| SPT - SASOL PETROLEUM TEMANE; | |
| USD – <i>United States Dolar</i> | |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Áreas de aplicação do orçamento aprovado pela Sasol no âmbito dos ADL..... | 13 |
| Figura 2: Realizações de projectos de Água e Saneamento no âmbito dos ADL's de Inhassoro e Govuro (2020-2023);..... | 14 |
| Figura 3:: Mercado de Colonga, Pande 01 de Fevereiro 2024..... | 19 |
| Figura 4: Ruas abertas do âmbito dos projectos independentes..... | 20 |
| Figura 5: Pipeline em Mabime. 31 de Janeiro 2023..... | 24 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Execução do Orçamento dos ADL 2020-2023 (valores em 1000 USD)..... | 12 |
| Gráfico 2: Realização Vs Planificação do programa de água e saneamento dos ADL 2020-2023..... | 15 |
| Gráfico 3: Crescimento do PIB Inhambane (2012-2022)..... | 17 |
| Gráfico 4: Nível de Satisfação dos projectos dos ADL's..... | 22 |

Sumário Executivo

O relatório apresenta resultados da pesquisa dos impactos dos Acordos de Desenvolvimento Local (ADL's) e dos reassentamentos provisórios em Inhassoro e Govuro, dois distritos onde decorre a exploração de gás natural pela SASOL, da província de Inhambane, sul de Moçambique. Os ADL's são parcerias entre empresas e comunidades locais com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e social em áreas onde essas empresas operam. Esses acordos visam beneficiar as comunidades através de projectos específicos, como infra-estrutura, educação, saúde, saneamento e emprego. A multinacional Sasol implementa ADL's em Moçambique, comprometendo-se com acções que incluem acesso à água potável, expansão de energia elétrica e promoção do desporto, entre outras iniciativas¹.

A metodologia empregada nesta pesquisa envolveu a colecta de dados por meio de entrevistas realizadas com 18 indivíduos no campo e inquéritos de satisfação sobre os projetos desenvolvidos no âmbito dos Acordos de Desenvolvimento Local (ADL's) com 20 participantes. A selecção da amostra foi baseada em conveniência, visando acessibilidade aos grupos de interesse nas comunidades. As entrevistas foram estruturadas com perguntas fechadas e abertas para explorar temas não contemplados nos questionários, priorizando a opinião de jovens e mulheres. Além disso, foi realizada uma revisão da literatura relacionada à exploração de gás, ADL's e responsabilidade social de empresas mineradoras. Aferiu-se o nível de satisfação por meio de pontuações variando de 0 a 20, com base na percepção dos beneficiários sobre a eficácia e impacto das intervenções.

As limitações incluíram dificuldades como restrições de tempo impostas pelos líderes comunitários, bem como acesso limitado à informação em algumas comunidades. Essas limitações foram abordadas priorizando a qualidade das entrevistas e utilizando uma abordagem aberta para compensar a falta de dados. O relatório segue uma estrutura organizada em cinco capítulos, abrangendo desde a introdução até as conclusões e recomendações para o futuro.

A Pesquisa aborda a necessidade do equilíbrio entre desenvolvimento económico e direitos humanos como um aspecto crucial para políticas e estratégias que beneficiem a sociedade. O desenvolvimento económico, diferentemente do crescimento económico, abarca não só aumento quantitativo, mas também aspectos sociais e culturais. Os direitos humanos, incluindo igualdade de género e liberdades fundamentais, são essenciais para uma sociedade justa. Ambos podem coexistir e complementar-se, com políticas que promovam igualdade e bem-estar social contribuindo para ambos. Nesse sentido, a pesquisa advoga que é vital que o desenvolvimento económico não viole os direitos humanos, exigindo responsabilidade das empresas e fiscalização dos governos para garantir uma abordagem justa e sustentável, especialmente em projectos extrativos. O acesso a energia, água e infra-estruturas básicas são fundamentais para realizar outros direitos humanos e promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

A pesquisa aborda também a expansão da empresa Sasol em 2020 que trouxe a necessidade de reassentamentos, mas a falta de consulta adequada às comunidades resultou em assimetria de informações e falta de negociação. A falta de consulta adequada durante o processo de expansão da Sasol em Inhassoro se manifestou através de uma abordagem unilateral de informação, onde as comunidades afectadas foram simplesmente informadas das decisões tomadas, sem espaço para negociação ou participação activa. Isso resultou em uma assimetria de poder, onde as comunidades não tiveram a oportunidade de discutir plenamente as mudanças propostas ou entender completamente os termos do reassentamento. A ausência de transparência e o envolvimento desigual das partes interessadas minaram a confiança das comunidades no processo e comprometeram seus direitos básicos de participação e tomada de decisão em relação ao uso de suas terras.

A pesquisa mostra igualmente que, os ADL's, embora destinados a promover o desenvolvimento local, muitas vezes não atendem às necessidades reais das comunidades devido a falta de transparência e participação significativa das comunidades directamente afectadas na elaboração e implementação dos mesmos.

O processo de reassentamento provisório em Inhassoro e Govuro viola os direitos humanos de várias maneiras. Primeiramente, a falta de consulta pública adequada fere o direito das comunidades locais à participação e tomada de decisões sobre questões que as afectam directamente, conforme estabelecido nos princípios de consulta prévia e informada. Além disso, o tratamento diferenciado das famílias afectadas viola o direito à igualdade e não discriminação, pois algumas famílias receberam compensações inadequadas ou foram excluídas dos benefícios do reassentamento. A exclusão de mulheres e jovens nos processos decisórios também infringe o direito à participação igualitária nas decisões que afectam suas vidas e comunidades.

Diante do apurado na pesquisa, é crucial adoptar uma abordagem mais inclusiva e transparente nos processos de desenvolvimento local e reassentamento, garantindo participação significativa das comunidades, respeito

¹ Governo da Província de Inhambane (13/11/2008). *Lançado o Acordo de Desenvolvimento local em Govuro*. Disponível no Site: <https://www.inhambane.gov.mz/por/Ver-Meu-distrito/Govuro/Noticias-Do-Distrito/Lancado-o-Acordo-de-Desenvolvimento-local-em-Govuro>. Acesso 17/05/2024

aos direitos humanos de participação, igualdade e não discriminação e monitoramento eficaz para mitigar impactos negativos. Para alcançar o desenvolvimento sustentável e promover o bem-estar das comunidades em Inhassoro e Govuro, é fundamental que a empresa, o governo e as organizações da sociedade civil trabalhem em conjunto para enfrentar os desafios identificados e implementar medidas corretivas necessárias.

1. Introdução

Nos recantos de Inhassoro e Govuro, onde a promessa de progresso muitas vezes se entrelaça com o sofrimento das comunidades, emerge uma narrativa que transcende os números económicos e mergulha nas vidas de pessoas comuns. Esta pesquisa lança luz sobre o drama vivido pelas comunidades reassentadas nessas regiões, onde o desenvolvimento económico se choca com os direitos humanos fundamentais.

Nesta pesquisa, explorou-se os desafios enfrentados pelas comunidades afectadas pelos Acordos de Desenvolvimento Local (ADL's) e pelos reassentamentos provisórios, revelando uma realidade muitas vezes marcada pela violação dos direitos de consulta, pela falta de transparência nos processos e pelo tratamento desigual das populações locais. Em meio a promessas de prosperidade, surge a desigualdade, a vulnerabilidade e a desconfiança.

Ao longo deste relatório, investigou-se os impactos sociais e económicos desses empreendimentos, examinando de perto as implicações para as comunidades reassentadas, especialmente para mulheres e jovens, cujas vozes muitas vezes são marginalizadas nos processos decisórios. Ao desvendar essas questões, buscamos não apenas documentar as injustiças, mas também promover uma reflexão crítica e propor soluções que priorizem o bem-estar das pessoas sobre os interesses económicos.

Após mais de duas décadas de actividades extractivas em Moçambique, questões básicas sobre a indústria ainda estão em debate. Embora os megaprojectos tenham sido vistos como impulsionadores do crescimento económico², há desafios estruturais na economia moçambicana que limitam o seu potencial. A falta de transparência e observância de questões básicas para garantir os direitos das comunidades e integração das comunidades na cadeia de valor dos recursos naturais é um exemplo disso.

A expansão das operações da empresa Sasol na província de Inhambane levanta as preocupações referidas acima, especialmente relacionadas ao processo de reassentamento provisório de famílias em curso e à implementação dos ADL's.

Desde 2004, a empresa Sasol explora reservas de gás nas localidades de Temane e Pande, nos distritos de Inhassoro e Govuro, respectivamente, na província de Inhambane. Este megaprojeto de exploração de gás em terra, com gasodutos de transporte para a África do Sul e Maputo é dos mais antigos e importantes em Moçambique.

Como parte de suas actividades, a empresa implementa projectos de Responsabilidade Social nos dois distritos. No entanto, a implementação desses projectos tem enfrentado desafios relacionados a falta de transparência e oportunidades de emprego para as comunidades locais. Essas questões levaram a manifestações, como a ocorrida em 2 de Dezembro de 2021, quando jovens do Distrito de Inhassoro fecharam uma troço da Estrada Nacional número 1 (EN1) em protesto contra a falta de oportunidades de emprego na Sasol³.

Em 2020, o governo aprovou a expansão das operações da Sasol na província de Inhambane, incluindo novos locais de extração e a construção de uma nova unidade de processamento. Esta expansão levanta preocupações devido a problemas negligenciados no passado como são os casos da garantia efectiva dos direitos das comunidades reassentadas.

Por meio de uma abordagem multidisciplinar e baseada em evidências, esta pesquisa visou não apenas informar, mas também recomendar acções concretas e mudanças políticas que garantam que o desenvolvimento económico seja verdadeiramente inclusivo e sustentável. É importante colocar a vida das pessoas no centro das agendas de desenvolvimento, desafiando a lógica do “Lucro sobre Vida”⁴ e buscando uma abordagem mais justa e equitativa para o progresso.

2 Carneiro, D. (2012). Abordagens acerca da relação crescimento económico, desigualdade e pobreza. Revista Cadernos De Economia. Disponível no site: https://www.academia.edu/49089896/Abordagens_acerca_da_rela%C3%A7%C3%A3o_crescimento_econ%C3%B4mico_desigualdade_e_pobreza. Acesso 27/03/2024

3 Jornal Evidencias (02/12/2021). *Jovens de Inhassoro voltam a manifestar-se para exigir emprego nos projectos da Sasol*. Disponível no site: <https://evidencias.co.mz/2021/12/02/jovens-de-inhassoro-voltam-se-a-manifestar-para-exigir-emprego-nos-projectos-da-sasol/>. Acesso 12/02/2024

4 “Lucro sobre vida” é uma crítica a visão de que o lucro financeiro deve ser priorizado acima de tudo, alertando para as consequências negativas dessa abordagem. Promover um equilíbrio entre desenvolvimento económico e direitos humanos é crucial para garantir um futuro sustentável e equitativo.

1.1 Delimitação Espacial da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada nos distritos de Inhassoro e Govuro, onde a Sasol realiza suas operações de exploração de gás em terra. Esses distritos foram selecionados devido à presença das operações da Sasol e aos conflitos associados, como expropriação de terras, falta de emprego (Inhambane posiciona-se em 4ª lugar com a maior taxa de desemprego do país com 29,7%⁵) e insatisfação das comunidades locais com os Acordos de Desenvolvimento Local (ADLs).

1.2 Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

Avaliar o estágio da implementação dos ADLs e dos reassentamentos provisórios nos Distritos de Inhassoro e Govuro e avaliar o respeito/observância dos direitos fundamentais/humanos na implementação dos ADLs.

Objetivos Específicos:

- 1) Avaliar a implementação dos ADLs, incluindo prazos, satisfação das comunidades e execução dos orçamentos previstos, visando entender o estágio actual e os desafios enfrentados;
- 2) Analisar o impacto dos projectos de Responsabilidade Social da Sasol nas comunidades, especialmente no que diz respeito à criação de emprego e ao processo de reassentamentos provisórios, destacando os contornos desse processo e suas consequências para as famílias afectadas;
- 3) Identificar potenciais conflitos entre os interesses da empresa, do governo e das comunidades, visando compreender as dinâmicas envolvidas e suas implicações;
- 4) Propor recomendações para aprimorar a colaboração entre a Sasol, o governo e as comunidades, visando alcançar um equilíbrio sustentável entre desenvolvimento económico e respeito aos direitos humanos.

1.3 Metodologia

A recolha de dados no campo foi baseada em entrevistas feitas no campo a 18 indivíduos e inquiridos de satisfação sobre os projectos criados no âmbito dos ADLs a 20 indivíduos. A previsão era que as entrevistas abrangessem cerca de 30 indivíduos mas, factores de tempo e dificuldade criadas pelos líderes comunitários de trabalhar no campo condicionaram o alcance do plano inicial. Em Inhassoro foram entrevistados 11 indivíduos, dentre líderes comunitários, membros da comunidade, governo e SASOL, já no distrito de Govuro foram entrevistado 7 indivíduos pertencentes a mesma estrutura de Inhassoro.

As entrevistas foram elaboradas com base em perguntas fechadas e abertas de modo a explorar os assuntos não contemplados no questionário. Nos casos em que foi negada a concessão da entrevista, optou-se pelo método de observação e conversas abertas que foi também o método usado para complementar as entrevistas realizadas.

Nas entrevistas às comunidades, privilegiou-se a opinião de jovens e mulheres. Dos entrevistados, 12 foram mulheres (6 homens), 10 foram jovens (8 adultos). Esta decisão baseou-se na necessidade de obter a sensibilidade do maior grupo social que trabalha a terra (mulheres) e do grupo que mais procura oportunidades de emprego e infra-estruturas sociais e de geração de renda (jovens).

Fez-se também uma revisão da literatura relacionada à exploração de gás, Acordos de Desenvolvimento Local (ADLs), impactos socio-económicos, e responsabilidade social de empresas mineradoras. Existe uma vasta literatura sobre indústria extrativa em Moçambique mas há pouco ou quase nenhum material que aborda questões ligadas ao ADLs como instrumentos de análise, portanto se privilegiou a abordagem exploratória na pesquisa.

Quanto à seleção da amostra para entrevista, foi usado o método de amostragem por conveniência, devido à acessibilidade a grupos de interesse nas comunidades.

Para a aferição do nível de satisfação foi definido como critério de avaliação para cada área de intervenção

⁵ INE (2023). *Relatório Final do Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2022*. © 2023 Instituto Nacional de Estatística – Moçambique

listada, uma pontuação de nível de satisfação, variando de 0 a 20, sendo 0 (zero) o menor nível de satisfação e 20 o mais alto. Essa pontuação foi baseada na percepção dos beneficiários em relação à eficácia e impacto de cada área de intervenção em atender às suas necessidades e expectativas. Os dados de nível de satisfação para cada área de intervenção foram coletados por meio de entrevistas directas com os beneficiários das iniciativas. Após as entrevistas foi calculado uma média aritmética das pontuações de nível de satisfação para todas as áreas de intervenção e com isso foram identificados as áreas de intervenção com os maiores e menores níveis de satisfação. Procurou-se também analisar os padrões nos dados, buscando entender os factores que contribuem para os níveis de satisfação observados.

Os resultados foram interpretados à luz das expectativas e objectivos dos projectos de desenvolvimento local identificado áreas de sucesso que podem ser replicadas ou expandidas, bem como áreas de desafio que exigem revisão ou ajustes nas estratégias de intervenção.

1.4 Limitações do Estudo

Durante a realização da pesquisa, enfrentou-se algumas limitações que afectaram o trabalho. Uma das principais limitações foram as dificuldades criadas pelos régulos para acesso a população e restrição de tempo. Devido à complexidade logística de acesso as comunidades em questão, não conseguiu-se entrevistar o número planificado de participantes. Para lidar com essa limitação, priorizou-se a qualidade sobre a quantidade, concentrando-se em entrevistas mais detalhadas com um grupo menor de participantes representativos.

Além disso, a disponibilidade de informação também foi um desafio. Algumas comunidades tinham acesso limitado a recursos de comunicação e dados, o que dificultava a obtenção de informações relevantes. Para superar essa limitação, utilizou-se uma abordagem de entrevista aberta, permitindo que os participantes compartilhassem suas percepções e experiências de forma mais livre.

Reconhece-se que essas limitações podem ter influenciado os resultados da pesquisa, e tomou-se medidas para minimizar seu impacto na análise e interpretação dos dados. No entanto, é importante destacar que essas limitações não comprometeram a integridade geral do estudo, mas sim destacaram a complexidade e os desafios inerentes à pesquisa em contextos similares.

1.5 Estrutura do relatório

O relatório está estruturado em cinco capítulos. 1. A Introdução que define o âmbito da pesquisa, delimitando a área espacial, os objetivos, a metodologia empregada e as limitações encontradas durante o estudo. 2. Desenvolvimento Económico e Direitos Humanos, Um Equilíbrio que pode ser Alcançado: Explora a possibilidade de harmonizar desenvolvimento económico e direitos humanos, destacando a importância de políticas que promovam ambos simultaneamente. 3. Transparência e Responsabilidade, Dois Grandes Desafios na Implementação dos ADL's: Discute os desafios na implementação dos ADLs, incluindo discrepâncias, o acesso à energia, e o impacto potencial dos ADLs de Inhassoro e Govuro no PIB da província. Também aborda as preocupações das comunidades e a valorização de projetos com impacto tangível no bem-estar das pessoas. 4. A Problemática da Expansão da Sasol e Reassentamentos Provisórios em Inhassoro: Detalha os desafios associados ao reassentamento provisório, destacando as fragilidades contratuais e as consequências negativas para as famílias afectadas e a empresa. Inclui discussões sobre a agricultura e subsistência pós-reassentamento, as relações comunitárias e a falta de confiança, e as desigualdades de gênero. 5. Conclusão: Resume os principais achados do estudo, refletindo sobre as implicações das descobertas e oferecendo recomendações para o futuro.

2. Desenvolvimento Económico e Direitos Humanos, Um Equilíbrio que pode ser Alcançado

O debate entre desenvolvimento económico e direitos humanos é crucial para moldar políticas e estratégias que beneficiem a sociedade como um todo. O desenvolvimento económico refere-se ao progresso material de uma região, incluindo aumento da produção, rendimento e infra-estrutura. Não deve ser confundido com crescimento económico, que se concentra apenas no aumento do PIB. Enquanto o crescimento económico se foca na expansão quantitativa, o desenvolvimento abrange uma visão mais ampla, incluindo aspectos sociais, culturais e institucionais⁶.

Os direitos humanos englobam liberdades fundamentais e garantias para todos os indivíduos, incluindo igualdade de gênero, erradicação da pobreza, liberdade de expressão, entre outros. O respeito aos direitos humanos é essencial para uma sociedade justa e equitativa⁷.

Nesse debate, observa-se que ambos os conceitos podem coexistir e se complementar. Um desenvolvimento económico sustentável deve considerar os direitos humanos como parte integrante. Políticas que promovam igualdade, educação e bem-estar social contribuem para ambos os objetivos⁸. Portanto, o caminho a seguir para o bem-estar dos moçambicanos em geral, e das populações que hospedam projectos extrativos, é buscar um equilíbrio onde o desenvolvimento económico não ocorra à custa dos direitos humanos, mas sim em harmonia com eles.

A exploração de recursos naturais, como mineração e extração de gás e petróleo, muitas vezes levanta preocupações sobre os direitos fundamentais das comunidades locais. É essencial que as empresas e os governos ajam com responsabilidade e respeitem os direitos humanos durante todas as fases desses projectos. Isso inclui o direito das comunidades à consulta prévia e informada, o direito a um ambiente saudável e sustentável, e o direito a uma compensação justa pelos danos causados. Além disso, as empresas têm a responsabilidade de garantir condições de trabalho seguras e justas para os trabalhadores envolvidos nessas operações, assim como de respeitar os direitos das populações indígenas e tradicionais que podem ser afectadas. A responsabilidade corporativa também se estende além das operações directas das empresas, abrangendo toda a cadeia de suprimentos e impactos indirectos⁹.

Os Governos têm um papel crucial em estabelecer regulamentações e fiscalizar as actividades das empresas para garantir que os direitos humanos sejam respeitados. Além disso, as empresas têm a responsabilidade de adotar práticas sustentáveis e éticas em suas operações, minimizando os impactos negativos sobre as comunidades e o meio ambiente. A transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir que as empresas e os governos cumpram suas obrigações em relação aos direitos humanos e ao desenvolvimento sustentável¹⁰.

No contexto do debate sobre desenvolvimento económico e direitos humanos, é crucial reconhecer que o acesso à energia, água e infra-estruturas básicas são direitos humanos fundamentais. O acesso a uma fonte confiável de energia é essencial para garantir o direito à saúde, educação e comunicação, permitindo o funcionamento adequado de hospitais, escolas e meios de comunicação. Da mesma forma, o acesso à água potável e ao saneamento é crucial para a realização de uma série de outros direitos humanos, incluindo o direito à saúde, alimentação adequada e dignidade humana¹¹.

Além disso, o acesso a infra-estruturas básicas, como estradas, transporte público e habitação adequada, desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e no combate à pobreza e exclusão social. Portanto, ao debater políticas e estratégias de desenvolvimento, é imperativo que sejam consideradas medidas que garantam o acesso equitativo e sustentável a energia, água e infra-estruturas, a fim de promover uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitadora dos direitos humanos¹².

6 Santos, E. et al (2012). *Desenvolvimento: um Conceito Multidimensional*. Disponível no site: https://www.researchgate.net/publication/272174372_DESENVOLVIMENTO_UM_CONCEITO_MULTIDIMENSIONAL/citation/download. Acesso. 17/05/2024

7 Lohmann, G. (2013). *As definições teóricas de direitos humanos de Jürgen Habermas: o princípio legal e as correções morais*. 87–102. Disponível no site: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000400007>. Acesso 17/05/2024

8 SOUZA, A. et al. (2014). *Economia e Direitos Humanos: O Desafio do Fórum Econômico Mundial*. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VI, nº 12, jul-dez/2014. ISSN 2175-7119. Disponível no site: <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima12/ANIMA-12-ECONOMIA-E-DIREITOS-HUMANOS-O-DESAFIO-DO-FORUM-ECONOMICO-MUNDIAL.pdf>. Acesso 17/05/2024

9 UNICEF (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948*. Disponível no site: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso 17/05/2024

10 Idem

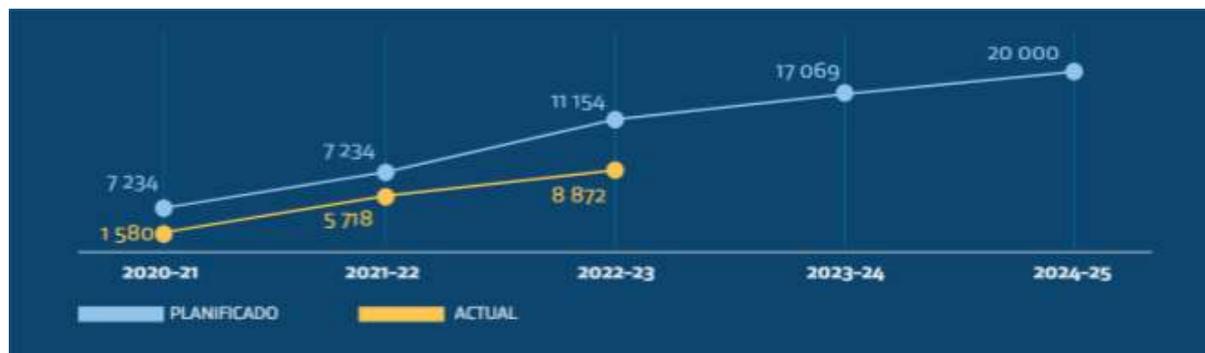
11 Idem

12 Idem

3. Transparência e Responsabilidade: Dois Grandes Desafios na Implementação dos ADL's

Em 2019, a Sasol comprometeu-se a investir 20 milhões de dólares americanos (USD) em projectos nos distritos de Inhassoro e Govuro ao longo de cinco anos, a partir de 2020, por meio dos Acordos de Desenvolvimento Local (ADL's) assinados com 37 comunidades e seus respectivos governos locais¹³. Até 2023, aproximadamente 8,87 milhões USD haviam sido utilizados na implementação desses acordos, representando um desvio negativo de 21% em relação ao planejado¹⁴, conforme demonstrado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Execução do Orçamento dos ADL 2020-2023 (valores em 1000 USD)



Fonte: Publicação anual da Sasol: Edição 3

Sobre o nível actual de execução de 44%, dos ADL's a Sasol referiu-se que se deve a falta de seriedade e/ou capacidade dos empreiteiros adjudicados para levarem a cabo algumas obras e processos burocráticos internos e externos.

A Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais¹⁵, juntamente com o Guião de Implementação correspondente¹⁶, estabelecem directrizes para os programas de responsabilidade social, visando primordialmente o desenvolvimento sustentável das comunidades afectadas. Esses instrumentos destacam a importância da celebração de Acordos de Desenvolvimento Local¹⁷, que são acordos tripartidos entre a empresa, as comunidades locais afectadas diretamente pela exploração mineral e os governos distritais. O objectivo é alinhar as prioridades das partes envolvidas conforme preconizado pela Política de Responsabilidade Social Corporativa da Indústria Extractiva.

Os ADL's assinados entre a Sasol, comunidades afectadas e governos locais em Inhassoro e Govuro, estabelecem a alocação de 20 milhões USD em diversas áreas, conforme descrito a seguir (consulte a figura 1 para mais detalhes): *i*) Programas Estratégicos nos dois distritos, no valor de 9,13 milhões USD; *ii*) Projectos independentes e de pequena escala no distrito de Inhassoro, totalizando 4,64 milhões USD; e *iii*) Projectos independentes e de pequena escala no distrito de Govuro, somando USD 4,62 milhões. O investimento total nessas áreas é de 18,39 milhões USD, o que representa uma diferença de 1,62 milhões USD em relação aos 20 milhões aprovados USD. Essa disparidade suscita questionamentos sobre a aplicação dos 1,62 milhões USD remanescentes, os quais não estão alocados em nenhuma área especificada e reportadas nos relatórios públicos.

Sobre esta diferença, a Sasol argumentou que está ciente da disparidade, e que o valor aparentemente em falta, é usado para custear as despesas com a logística, consultorias, subsídios de transporte para as reuniões do comité de parceria, entre outros custos não previstos. Esta explicação apesar de logica é problemática em termos de transparência.

Apesar da realização de reuniões trimestrais de avaliação da implementação dos ADL's¹⁸ entre as partes envolvidas, a falta de transparência na alocação de fundos para o desenvolvimento local, exemplificada pela disparidade de 1,62 milhões de dólares entre os fundos aprovados e os gastos, apresenta riscos significativos.

¹³ Sasol (Novembro de 2023). *Publicação Anual da Sasol*. Edição 3. Disponível no site: <https://heyzine.com/flip-book/b651870620.html#page/40>. Acesso 27/02/2024

¹⁴ Idem

¹⁵ Resolução n.º 21/2014, de 16 de Maio

¹⁶ Diploma Ministerial n.º 8/2017, de 16 de Janeiro

¹⁷ Acordos de Desenvolvimento Local, Inhassoro

¹⁸ A equipa de pesquisa participou da reunião realizada no dia 22/03/2024

A ausência de detalhes claros sobre a aplicação desses fundos remanescentes levanta preocupações sobre a possibilidade de desvio de recursos e a falta de prestação de contas. Para mitigar esses riscos, é essencial garantir total transparência na gestão dos fundos, documentando todas as despesas e estabelecendo um sistema rigoroso de prestação de contas. Além disso, é necessário rever o processo de alocação de recursos para garantir sua precisão e abrangência, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficaz para o benefício das comunidades locais.

Figura 1: Áreas de aplicação do orçamento aprovado pela Sasol no âmbito dos ADL



Fonte: Publicação anual da Sasol: Edição 3

Para além da falta de transparência na alocação dos fundos, há falta de transparência na abrangência territorial. No distrito de Govuro, existem comunidades, como Nova-Mambone e Luído, que apesar de abrigarem poços de gás em sua região, não estão recebendo os benefícios dos projectos dos Acordos de Desenvolvimento Local (ADL's). Em relação a essa questão, o representante do Governo, através da Secretária Permanente, também presidente do comitê de parceria, afirma que o problema já era conhecido pelas partes envolvidas e que essas comunidades serão incluídas nos próximos ADL's.

3.1 Discrepâncias na Implementação dos ADLs

Durante o período analisado, os projectos de desenvolvimento local liderados pela Sasol e implementados em parceria com a Organização Holandesa de Desenvolvimento (SNV) apresentaram resultados notáveis na construção e reabilitação de furos de água, beneficiando aproximadamente 28 mil pessoas. No entanto, ao comparar o planificado inicial com a execução até o terceiro ano, algumas preocupações surgem relacionadas aos prazos de implementação. Embora tenham sido alcançados altos níveis de execução em termos físicos e orçamentais, ainda persistem desafios significativos como é o caso de tratamento diferenciado das comunidades, especialmente em comunidades remotas.

Os ADL's definem como comunidades abrangidas, as que estão na região de impacto directo, as situadas a 50 quilómetros de uma instalação principal da empresa e as imediatamente adjacentes a um poço ou a um gasoduto/oleoduto. Neste âmbito no Distrito de Inhassoro foram identificadas 28 comunidades na zona de impacto e em Govuro 9 comunidades totalizando 37 comunidades na zona da actuação da Sasol em Inhambane. A implementação efectiva dos projectos é assegurada pela SNV (Organização Holandesa de Desenvolvimento) e GIZ (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento) parceiros da Sasol na implementação dos ADL's.

Devido a natureza dos impactos, as comunidades directamente afectadas recebem um tratamento privilegiado para a selecção, concepção e implementação dos projectos de responsabilidade social, emprego e projectos de

empreendedorismo em comparação com as comunidades referidas como secundárias as quais apenas se beneficiam sem ter o privilégio de um envolvimento mais participativo.

Os dados referentes aos 3 anos de implementação dos ADL's mostram que, até ao ano de 2023 no âmbito dos projectos estratégicos cuja abrangência é maior para beneficiar os directa e indirectamente afectados, todas as 37 comunidades já contam com pelo menos um furo ou Sistema de abastecimento de água. Segundo os dados da Sasol, a previsão é o alcance de uma cobertura de 90% no acesso à água para as comunidades abrangidas pelos ADL's em Inhassoro e Govuro significando que as comunidades não devem percorrer mais de 30 minutos (ida e volta) para aceder a uma fonte de água segura¹⁹.

No período analisado, as acções mostram maior resultados em termos de realizações na construção e reabilitação de furos de água (121). Segundo os dados da Sasol²⁰ as acções neste programa beneficiaram cerca de 28 mil pessoas. Ver figura 2 abaixo:

Figura 2: Realizações de projectos de Água e Saneamento no âmbito dos ADL's de Inhassoro e Govuro (2020-2023);



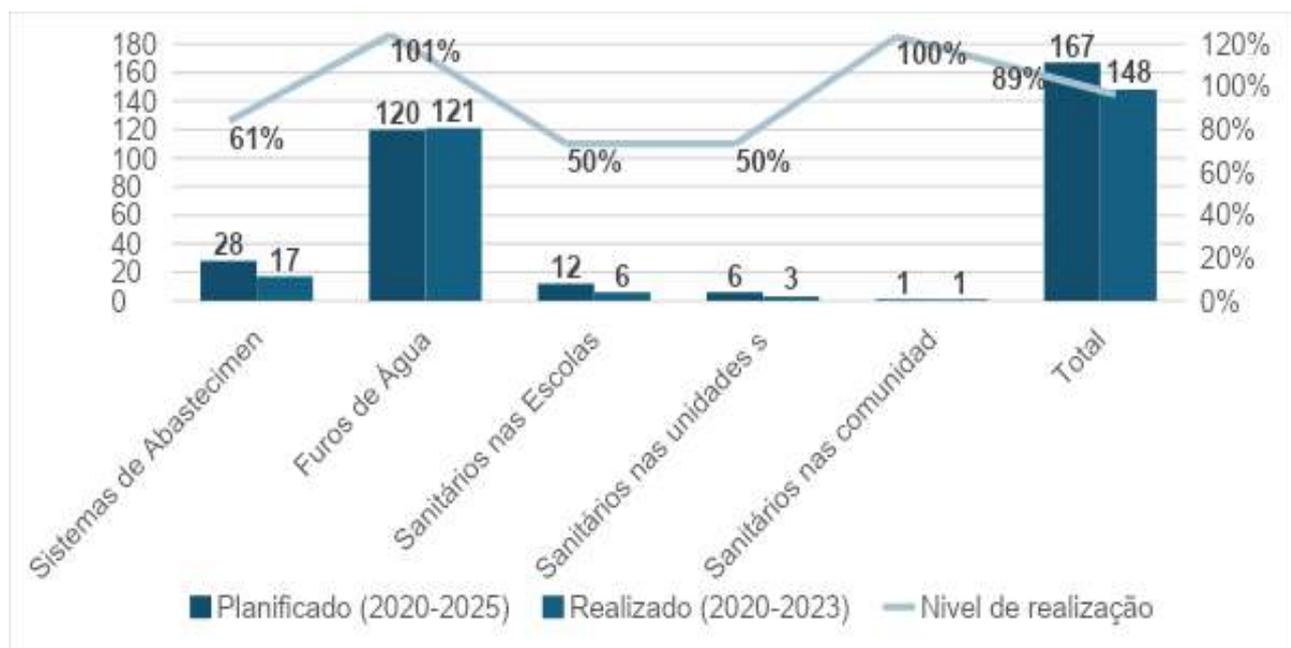
Fonte: Publicação anual da Sasol: Edição 3

Uma análise do que foi planificado nos cinco anos dos ADL's mostra um nível de realização global de 89%. Os planos mostram que a Sasol, através do seu parceiro de implementação, a SNV, prevê reabilitar e construir 28 Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) sendo que a realização até ao terceiro ano é de 60%. Em relação aos furos de água a previsão é de construir e reabilitar 120 sendo que a realização é de 100,8%. Quanto aos sanitários, a previsão é a reabilitação e construção de 12 nas escolas, 6 em unidades sanitárias e 1 na comunidade. As realizações destes projectos até ao terceiro ano de implementação é de 50% escolas, 50% unidades sanitárias e 100% comunidades. Ver gráfico 2.:

¹⁹ Sasol (Novembro de 2023). *Publicação Anual da Sasol*. Edição 3. Disponível no site: <https://heyzine.com/flip-book/b651870620.html#page/40>. Acesso 27/02/2024

²⁰ Idem

Gráfico 2: Realização Vs Planificação do programa de água e saneamento dos ADL 2020-2023



Fonte: Publicação anual da Sasol: Edição 3

Os dados orçamentais da SNV relativos a este programa mostram que até Janeiro de 2023 foram executados aproximadamente USD 2,5 milhões, faltando executar aproximadamente 51% isto é, um pouco mais da metade do orçamento total previsto. Estes dados são um pouco preocupantes quando olhamos para o saldo e o tempo restante de execução das actividades e considerando que no global em termos de resultados de realização física do planificado o nível é de 89% e algumas actividades já estão executadas a 100% e nenhuma esta abaixo dos 50%.

Olhando para o objectivo da abrangência em 90% de acesso a água, é possível verificar que apesar deste nível de execução do orçamento e das actividades, algumas comunidades, como é o caso da de Macovane, Ximadjane, norte de Vulcanjane, entre outras, devem percorrer longas distâncias para ter acesso a alguma infraestrutura de água potável construída no âmbito dos ADL's, portanto, para essas comunidades, é uma falácia se falar de uma cobertura a 90% do fornecimento de água. Quando a empresa foi questionada sobre esta situação, invocou como causas o problema da salinidade da água, a dispersão populacional e a fraca densidade populacional nestas comunidades.

Enquanto algumas comunidades abrangidas têm muitas opções para a busca do precioso líquido, outras ainda devem usar a água dos lagos para o consumo, como é o caso da comunidade de Mabime. Nesta comunidade, o líder comunitário revelou que a população bebe a água do lago, que é também usado para lavagem da roupa e pasto de gado caprino.

Segundo relatos de alguns membros da população entrevistados, havia um furo a funcionar nesta comunidade, mas passados alguns meses, a água que jorrava das torneiras mostrava-se contaminada. Após estudos, verificou-se a presença do gás na água, segundo relatou o líder comunitário de Mabime e alguns membros da comunidade e o Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro (FOSCI). O furo foi encerrado e não se testemunhou a construção de nenhum furo ou Sistema de Abastecimento de água

Por causa do tratamento diferencial, comunidades como Mapandzene e Mabime, tem uma relação não amigável com a Sasol nem com a administração do distrito de Inhassoro. Eles alegam que foram enganados e não vêm benefícios provenientes da exploração do gás na sua terra.

Quando questionada a empresa sobre o facto de algumas comunidades terem um acesso longínquo da água, esta explicou que até ao final dos 5 anos do projecto, nenhuma comunidade vai percorrer mais de 30 minutos (ida e volta) para ter acesso à água potável. A empresa também queixou-se da falta de cuidado, pelas comunidades, das infra-estruturas por si entregues. Os comités de gestão de água muitas vezes não são funcionais, o que dá lugar a vandalizações e/ou avaria dos sistemas devido à falta de manutenção ou uso responsável dos bens.

3.2 Desafios no Acesso à Energia

Dados colhidos de membros do comitê de parceria indicam que ainda persistem desafios enormes para a materialização do programa de acesso a energia e esta realidade segundo as fontes pode ser vivenciada no campo onde se pode observar que o projecto ainda não foi implementado.

Segundo as linhas orçamentais dos ADL's está previsto USD 925 mil para o acesso a energia. O Objectivo é abranger 23 comunidades dos distritos de Inhassoro e Govuro que neste momento não tem acesso a energia eléctrica. Das 23 comunidades, 17 comunidades são classificadas como estando fora da rede, o que leva a necessidade da construção de mini-centrais eléctricas para as comunidades com um número aceitável de agregados familiares e *kits* para as comunidades com um nível de dispersão muito alto.

Em Novembro de 2023, a Sasol assinou um memorando de entendimento com a empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM), com vista a fazer uma expansão da rede para algumas comunidades que estando dentro da rede não têm energia eléctrica. Trata-se de comunidades de Colonga e Pande 1, situadas na localidade de Pande, Distrito de Govuro e a comunidade de Lithau, na Localidade de Maimelane, distrito de Inhassoro. Segundo informação obtida junto da Sasol, o valor para esta expansão corresponde a 1/3 do valor total destinado aos projectos de acesso a energia, que são 900 mil dólares e não 925 mil dólares como consta na informação disponibilizada na terceira edição da revista da Sasol (vide figura 1). O valor foi pago na totalidade.

Apesar de se ter efectuado o pagamento na totalidade, as actividades ainda não são visíveis no terreno. A Sasol informou a equipa de pesquisa que a EDM justificou a demora da expansão alegadamente porque ainda decorre o processo de *procurement* e que ainda levaria mais tempo porque precisam, mobilizar meios e recolha do material necessário em todo o país.

Segundo a Sasol, as comunidades que estão fora da rede, e com uma grande dispersão populacional, como é o caso das comunidades de Manusse, Tiane, Malangute e Matsanze receberão *kits* de energia solar com 125 watts de capacidade.

Considerando a dimensão do projecto de acesso a energia, levantou-se a questão sobre a razoabilidade do orçamento previsto de 925 mil USD, tendo a Sasol respondido que o mesmo não seria suficiente. Segundo a Sasol, não houve base técnica para a determinação dos valores aquando da produção dos ADL's. Para a empresa, seria necessário pelo menos 1,7 milhões de dólares para a efectivação deste programa, isto é, quase o dobro do valor previsto.

A discrepância entre a alocação de recursos previstos para o acesso à energia nos ADLs e a realidade enfrentada no terreno evidencia falhas significativas na planificação e execução dos projectos. A situação descrita, onde mesmo com o financiamento total, as actividades ainda não foram iniciadas, levanta questões sobre a eficácia da gestão de recursos e do processo de implementação. Além disso, a falta de base técnica na determinação dos valores orçamentários sugere uma lacuna na avaliação adequada das necessidades das comunidades afectadas, resultando em sub-financiamento e, conseqüentemente, atrasos e obstáculos na materialização dos programas de acesso à energia.

Como uma empresa pública, a EDM tem a responsabilidade de fornecer energia eléctrica para todos os cidadãos, independentemente de sua localização ou *status* socioeconómico. No entanto, no âmbito dos ADL's foi prometida energia eléctrica as comunidades o que criou expectativas nas pessoas de verem os benefícios do gás explorado nas suas terras traduzir se em benefícios directos para elas. A demora na expansão da rede eléctrica para comunidades que ainda não têm acesso, não ressalta a necessidade de uma prestação de serviços mais eficaz por parte da empresa.

O financiamento do projecto por uma empresa privada, como a Sasol, levanta questões relacionados a potenciais riscos relacionados a conflitos de interesses, pressão sobre a EDM, influência indevida e percepções de favoritismo. É importante que ambas as partes ajam com transparência, integridade e responsabilidade para mitigar esses riscos e garantir que as operações da EDM continuem a servir efectivamente o interesse público.

Este cenário ressalta a importância de uma abordagem mais holística e colaborativa na concepção e execução de projectos de desenvolvimento local, visando garantir a adequada alocação de recursos e a efectiva realização dos objectivos estabelecidos.

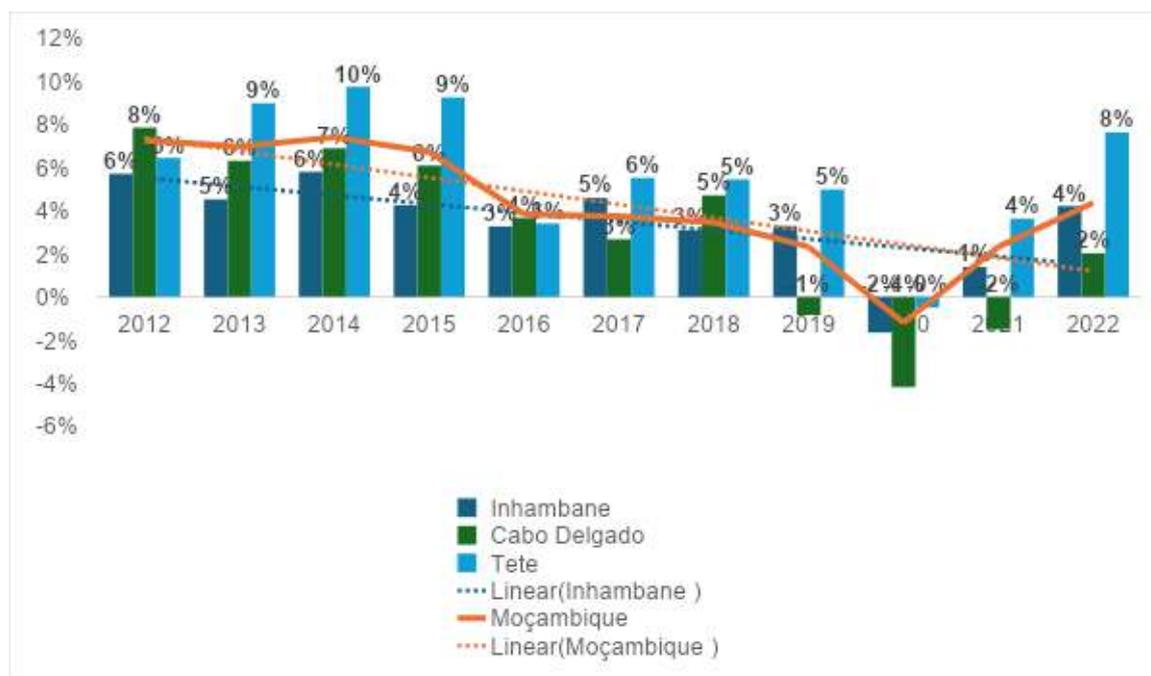
3.3 Impacto Potencial dos ADL's de Inhassoro e Govuro no PIB da província

Dado que não existem dados específicos para medir o Produto Interno Bruto (PIB) dos distritos de Inhassoro e Govuro, nos quais estão localizados os Acordos de Desenvolvimento Local (ADL's), cujo impacto pode ser de uma influência significativa, foi necessário recorrer ao PIB da província como uma medida aproximada. É importante reconhecer que pode não ser razoável esperar que os ADL's tenham uma influência directa e mensurável no PIB de toda a província. No entanto, ao considerar o programa de desenvolvimento económico implementado nos ADL's, composto por três áreas principais: (1) empreendedorismo; (2) formação vocacional; e (3) desenvolvimento de cadeias de valor, é plausível esperar que sua implementação impulse as actividades económicas e o rendimento das comunidades de Inhassoro e Govuro. Consequentemente, isso pode ter um impacto positivo indirecto no Produto Interno Bruto (PIB) da província como um todo.

Ao analisar o PIB da região entre 2012 a 2022 é possível verificar que, no período o PIB de Inhambane apresenta uma tendência decrescente com uma média de 3% ao ano que é inferior a média nacional que é de 4%.

Reconhecendo que existem diferenças intrínsecas dos produtos explorados e dos respectivos contextos de exploração, foi feita uma comparação com outras províncias que também hospedam projectos extractivos como são os casos de Tete e Cabo Delgado, onde pode se verificar que, em Tete, a média de crescimento é de 6%, cifra acima de Inhambane e da média nacional. Cabo Delgado, apesar da situação de insegurança apresenta uma média de 3%, inferior a nacional e igual a média de Inhambane no mesmo período. Estes dados são um indicativo de uma provável fraca ligação entre a actividade extractiva, acções de desenvolvimento e o estímulo à produção da província em Inhambane. Ver gráfico abaixo:

Gráfico 3: Crescimento do PIB Inhambane (2012-2022)



Fonte: Produção dos autores com base nos dados do INE

Teoricamente os ADL's ao suportarem programas de capacitação profissional, podem aumentar a empregabilidade da população local e contribuir para um mercado de trabalho mais qualificado e dinâmico e estas acções aliadas ao desenvolvimento de Infra-estruturas básica, promovida pelos programas estratégicos e o apoio aos projectos de pequena escala e empreendimentos locais, podem melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos adicionais para a região, fortalecer o sector privado, gerando mais empregos e diversificando a economia local.

Dados da Sasol indicam que até Junho de 2024 a empresa espera apoiar monetariamente 150 iniciativas de negócio, tendo os primeiros 20 beneficiários já recebido os seus valores numa cerimónia dirigida pela Administradora de Inhassoro, Dulce Canhamba. Os dados indicam também que na sub-componente de empreendedorismo, estão em formação 500 jovens em Gestão de Negócios. Do total de jovens em formação,

250 estão a beneficiar de mentoria e assistência técnica e os 150 melhores planos de negócio recebem apoio financeiro para criação ou expansão dos negócios²¹.

Estas acções se não se traduzirem na melhoria da vida das comunidades locais que se espera que sejam reflectidos em parte no PIB local, de nada servirão para mudanças estruturais esperadas apenas para a criação de focos de possíveis conflitos como já aconteceu no passado, com a diferença que agora serão manifestantes com capacidades técnicas mas sem oportunidades.

Embora os programas de desenvolvimento económico nos ADL's demonstrem um potencial promissor para impulsionar o crescimento económico local e aumentar a empregabilidade, há desafios significativos a serem superados. A análise do PIB da província de Inhambane ao longo do período de 2012 a 2022 revela uma tendência decrescente, com um crescimento médio abaixo da média nacional e de outras províncias, como Tete e Cabo Delgado. Isso sugere uma desconexão entre as actividades extrativas, os esforços de desenvolvimento e o estímulo à produção local.

É verdade que os programas dos ADL's estão a capacitar jovens e apoiar iniciativas de negócios no entanto, é crucial garantir que essas acções se traduzam em melhorias tangíveis na qualidade de vida das comunidades locais e no crescimento económico sustentável da região. A falta de resultados concretos poderá levar à frustração e ao desperdício de recursos, aumentando o potencial de conflitos e minando os esforços de desenvolvimento a longo prazo.

3.4 Principais Preocupações na Implementação dos ADL's nas Comunidades de Inhassoro e Govuro:

Os ADL's assinados entre a Sasol e as comunidades de Inhassoro e Govuro na província de Inhambane prometem impulsionar o desenvolvimento sustentável através de investimentos financeiros e projetos específicos. No entanto, uma análise crítica baseada na observação no terreno e entrevistas aos beneficiários e membros da comunidade revela algumas preocupações importantes.

1) Insustentabilidade dos Financiamentos

Durante as sessões de formação, os beneficiários desenvolveram planos de negócios com a expectativa de receberem financiamento adequado para iniciar suas actividades em pequenas empresas. No entanto, no momento do desembolso dos fundos, os valores disponibilizados segundo as informações de alguns beneficiários, foram apenas uma fracção do necessário (entre 15 a 20%), deixando os beneficiários sem os meios necessários para iniciar as actividades.

Este cenário deixou os beneficiários agastados e sem meios para começar as actividades. Para alguns projectos, o valor disponibilizado não serviu nem para comprar pelo menos os bens básicos para a produção. Como resultado, os beneficiários não aplicaram os fundos no empreendedorismo e neste momento não há continuidade de muitos projectos "financiados". Alguns usaram o valor para construir suas casas, outros para reforçar seus negócios já em andamento.

Questionada a empresa sobre a razoabilidade do financiamento naqueles moldes justificou que em todas teorias do empreendedorismo não se aconselha financiamentos a 100% e que a ideia era de desafiar os beneficiários a procurar outras alternativas de financiamento. No entanto não se indica se as comunidades receberam alguma orientação sobre outras fontes alternativas.

2) Fracasso na ocupação de infra-estruturas

Previa-se que os projectos incluíram a construção de mercados e outras infra-estruturas locais como estradas e campos de futebol, mas muitos desses espaços não estão sendo utilizados ou têm baixa adesão. A culpa disso para o caso concreto dos projectos de mercado, é atribuído à localização não estratégica das infra-estruturas, levando os beneficiários a venderem fora desses espaços.

Na visita efectuada ao mercado de Mercado de Colonga, Pande no dia 01 de Fevereiro de 2024 constatamos que nem sequer houve tentativa de ocupa-lo. Até o acesso a ele é quase impossível sem um preparo da terra devido ao crescimento de capim e arbustos que impossibilitam o acesso a ele.

²¹ Sasol (Abril de 2023). *Sasol inicia o financiamento de 150 Empreendedores de Inhambane*. Disponível no site: <https://society.sasol.com/sasol-inicia-o-financiamento-de-150-empreendedores-de-inhambane/>. Acesso 11/03/2024

Figura 3: Mercado de Colonga, Pande 01 de Fevereiro 2024



Durante uma visita aos projectos independentes de ordenamento territorial no âmbito dos projectos de responsabilidade social da Sasol em Govuro, avaliados em 200 mil dólares, o engenheiro responsável, Helder Chamusse, explicou que o investimento inclui a colocação de 5800 marcos e a abertura de 38km de estradas de acesso. Até o momento da visita, 20km de estradas já estavam abertos, com a expectativa de conclusão até o final de Março de 2024. Contudo, surgiram questionamentos sobre a sustentabilidade e priorização desses projectos em detrimento de outras necessidades mais imediatas da comunidade tais como criação de fontes de rendimento e infra-estruturas básicas.

Ao questionar o governo local sobre a relevância desses projectos, especialmente diante de iniciativas que enfrentam problemas de falta de uso, a resposta recebida destacou a escolha das comunidades como determinante. No entanto, ao ouvir membros da comunidade, fica evidente um problema de desinformação e insatisfação. Muitos relatam ter sido informados de que, ao optarem pela construção de ruas, receberiam casas melhoradas da Sasol. A realidade actual revela que, embora as ruas tenham sido construídas, sua utilização é limitada, levantando dúvidas sobre a sustentabilidade do projecto e o papel do governo na concepção de planos que necessitam ser complementados por iniciativas privadas.

Figura 4: Ruas abertas do âmbito dos projectos independentes



Diante desse cenário, é crucial promover campanhas de conscientização para esclarecer as comunidades sobre os projectos em andamento e seus reais benefícios. Além disso, é necessário aprimorar a comunicação entre governo, empresas privadas e população local para garantir uma tomada de decisão informada e alinhada com as necessidades reais da comunidade. Um debate sobre a responsabilidade compartilhada entre o governo e as empresas privadas no desenvolvimento sustentável das regiões também se faz urgente, visando uma abordagem mais integrada e transparente na execução de projectos futuros.

A desinformação levou a expectativas irreais sobre os resultados dos projectos e à insatisfação das comunidades. Isso destaca a necessidade de uma comunicação mais eficaz e transparente durante todo o processo de implementação dos ADL's.

3) Desafios na Implementação do Projecto de Fomento de Gado Caprino

A comunidade de Chibuca, na localidade de Pande, distrito de Govuro, escolheu o fomento do gado caprino como seu projecto de pequena escala. Este projecto enquadra no desenvolvimento de cadeia de valor implementado pela GIZ.

Embora o projecto de fomento de gado caprino tenha sido bem recebido pela comunidade, questões como a rotação de machos para cruzamento com as cabras e a eficácia do programa levantam preocupações sobre a adequação e a viabilidade das intervenções propostas.

Na entrevista aos beneficiários do fomento do gado caprino, os entrevistados mostraram-se satisfeitos com a iniciativa, no entanto, lamentaram o facto de os cabritos (machos) terem que fazer rotação para permitir o cruzamento com as cabras. Com este sistema, há relatos de casos em que algumas famílias recebem os machos num período em que as suas cabras não estão no período de cio, e portanto, com pouco proveito em termos de fertilidade desperdiçando a sua vez na rotação dos machos.

4) Mudanças nas prioridades dos projectos

Os dados dos relatórios da Sasol revelam uma mudança nas prioridades dos projectos de pequena escala, com uma preferência crescente por sistemas de irrigação em detrimento de outras infra-estruturas. Isso pode indicar uma adaptação das comunidades às necessidades locais, mas também levanta questões sobre a eficácia da alocação inicial de recursos e a flexibilidade do processo de planificação.

Dos dados obtidos nos relatórios da Sasol indicam que os projectos de pequena escala priorizaram os sistemas de rega. Da interação com membros do comitê de parceria, foi revelado que muitas comunidades estão neste momento mudando as suas prioridades, revela-se que muitas famílias estão preferindo a construção de sistemas de rega ao invés de salas de reuniões, mercados e campo de futebol.

Além da flexibilidade das comunidades e dos ADL's, esta mudança revela a fragilidade da actuação do Estado como garante do bem-estar social e das aspirações das comunidades. Os ADL's, são assinados entre a empresa, o Governo e as comunidades, daí, espera-se que o Estado participe activamente na negociação dos projectos que beneficiem as comunidades, como forma de evitar estas mudanças, que podem abrir espaços para desvio de fundos destinados ao projectos de responsabilidade social.

Os membros das comunidades abrangidas, na maior parte, não têm nenhum nível de escolaridade, e não têm capacidade de analisar os projectos a curto e longo prazo o que lhes coloca em desvantagem na negociação e eleição dos projectos em relação a empresa. Factores como acesso à informação, capacidades técnicas devem ser tomadas em conta quando se trata da priorização dos projectos. O Estado deve participar na vida das comunidades como um consultor no âmbito dos ADL's

Segundo os ADL's dos dois distritos, os projectos de pequena escala têm um orçamento máximo de quarenta mil dólares para cada distrito, mas houve um incremento em 100% aprovado no último encontro do comitê de Parceria de 2022.

3.5 Comunidades valorizam projectos com impacto tangível para o seu bem-estar

Nesta análise, destacou-se a variação significativa nos níveis de satisfação das comunidades beneficiárias dos ADL's, influenciada pela entrega e impacto directo das realizações na vida das famílias. Os projectos mais satisfatórios, como os sistemas de rega, fomento do gado caprino, produção de ovos e horticultura, são valorizados devido ao seu impacto tangível na melhoria das condições de vida. No entanto, projectos como a construção de mercados, campos de futebol, salas de reuniões e ordenamento territorial mostraram-se menos satisfatórios, levantando dúvidas sobre sua pertinência e necessidade real.

Esta situação ressalta a ideia de que a comunidade está mais interessada em projectos pessoais e não comunitário. Os mercados, campos, salas de reuniões criam bens da comunidade e os projectos de produção de ovos, horticolas, fomento de gado são mais familiares/das famílias, daí a sua valorização. O que isso quer nos dizer? Que lições podemos aprender e o que podemos recomendar para o futuro?

Essa situação ressalta a importância de entender as necessidades e prioridades específicas das comunidades locais ao implementar projectos de desenvolvimento. A preferência por projectos que beneficiam directamente as famílias em vez de iniciativas mais voltadas para o bem comum sugere que as comunidades valorizam os resultados tangíveis que afectam suas vidas diárias de forma imediata.

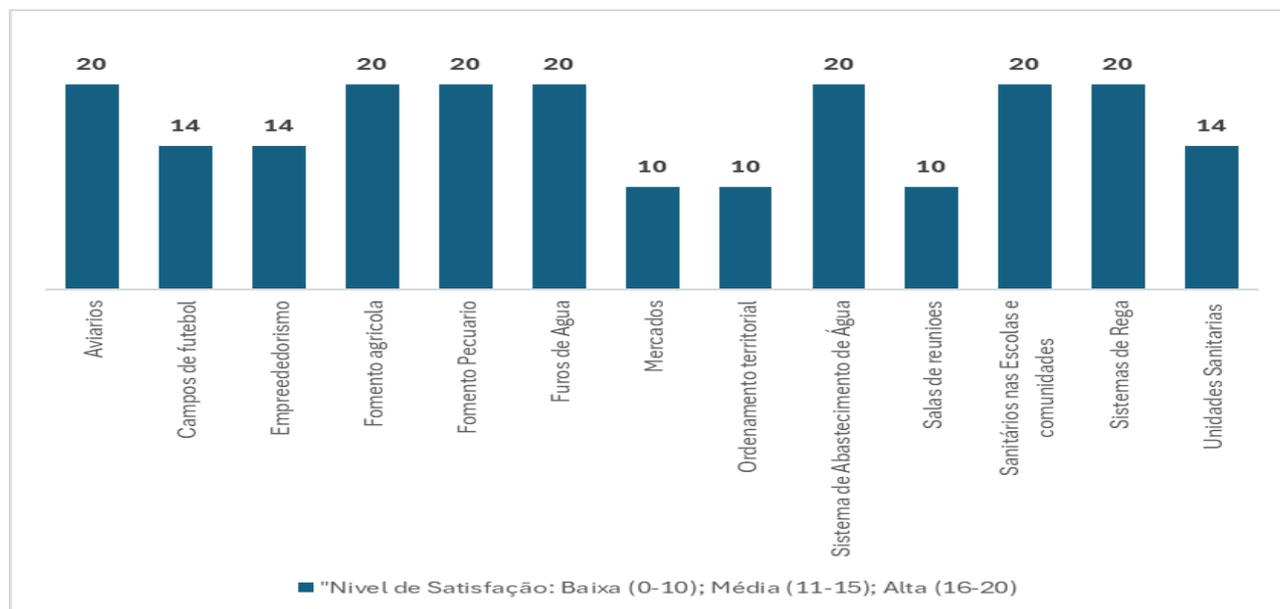
Uma lição importante a ser aprendida é a necessidade de um processo participativo e inclusivo de planificação e tomada de decisões, no qual as comunidades locais tenham voz e sejam capacitadas a identificar suas próprias necessidades e prioridades de desenvolvimento. Isso pode incluir a realização de consultas comunitárias, envolvimento activo das partes interessadas locais e a criação de parcerias entre organizações governamentais e a sociedade civil.

Além disso, é fundamental que os projectos sejam avaliados continuamente ao longo de seu ciclo de vida para garantir que estejam alcançando os resultados desejados e respondendo às necessidades reais das comunidades. Isso pode envolver a realização de avaliações de impacto regulares e a adaptação das estratégias de implementação conforme necessário.

No futuro, recomenda-se uma abordagem mais centrada nas comunidades e orientada para resultados, que priorize a participação das comunidades, a transparência e a prestação de contas, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e que os projectos de desenvolvimento realmente contribuam para

melhorar as condições de vida das pessoas. Os relatos das comunidades beneficiárias dos projectos ADL's são apresentados no gráfico 4

Gráfico 4: Nível de Satisfação dos projectos dos ADL's



Fonte: Produção dos autores com base em inquéritos

- Projetos Mais Satisfatórios** - Sistemas de rega, fomento do gado caprino, produção de ovos e horticultura são destacados como os projetos mais satisfatórios. Isso se deve ao impacto direto dessas actividades na melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias;
- Projetos Menos Satisfatórios** - a construção de mercados, campos de futebol, salas de reuniões e ordenamento territorial não gerou a mesma satisfação. Alias, as pessoas não usam estes projectos que não lhes satisfaz. Os governos distritais compartilham dessa percepção, questionando a pertinência de algumas iniciativas, como salas de reuniões, e duvidando da necessidade real de certos campos de futebol.

É evidente que ainda há necessidade de uma assessoria mais abrangente por parte de todas as partes da sociedade para auxiliar as comunidades na escolha das suas prioridades. Isso garantiria uma melhor adequação dos projectos às reais necessidades e expectativas das famílias beneficiárias.

Com base nesses dados, é fundamental fazer-se ajustes nas áreas com baixos níveis de satisfação, com o objetivo de atender de forma mais eficaz às necessidades das comunidades. Isso pode envolver uma revisão dos projectos existentes, uma maior consulta e participação das comunidades na tomada de decisões e uma alocação mais criteriosa de recursos para as áreas de maior impacto.

Neste âmbito esta análise destaca a importância de uma abordagem participativa e centrada nas necessidades das comunidades na implementação de projectos de desenvolvimento local. A colaboração entre governos, empresas e organizações da sociedade civil é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os projectos realmente beneficiem aqueles que mais precisam.

4. A Problemática da expansão da Sasol e reassentamentos provisórios em Inhassoro

A percepção imediata quando se fala de indústria extractiva, é que esta vai contribuir para a melhoria de vida da população, primeiro ao nível das comunidades hospedeiras e segundo a nível nacional. Apesar da exploração de recursos naturais ser vista como um dos principais pilares para a promoção do desenvolvimento económico do país, uma análise comparativa feita para a região austral de África, Moçambique foi considerado como o País que menos se beneficia com esta indústria tanto a nível macro, na vertente fiscal, e emprego assim como com a nível micro na vertente de benefícios directos para as comunidades²².

Nos últimos 11 anos (2011-2021) a indústria extractiva tem contribuído modestamente para o Produto Interno Bruto (PIB) tendo contribuído com 1,8% em 2011 e 6% em 2021 e uma média anual nesse período de 7%²³.

Em 2020, o Conselho de Ministros aprovou a Emenda ao Plano de Desenvolvimento da Sasol referente aos Jazigos de Inhassoro e Temane²⁴, para permitir o desenvolvimento integrado de três grandes projectos. Em 2022, foi lançada a primeira pedra da infraestrutura para a implementação desses 3 projectos, avaliados em 1,76 biliões de dólares americanos (USD)²⁵.

O primeiro projecto é referente a produção de 23 PJ/a (petajoules por ano) de gás natural para a geração de energia elétrica através da Central Térmica de Temane (CTT). O segundo é referente a produção de 30 mil toneladas de gás liquefeito de petróleo (GPL) por ano, vulgarmente chamado de gás de cozinha. O terceiro é referente a produção de 4 mil barris de petróleo leve, destinados à exportação. Os projectos prevêm a criação de 3 mil postos de trabalho, directos e indirectos²⁶ isto é, cobrir 1,76% do desemprego da província que é de 29,7%.

Com base nos projectos de desenvolvimento aprovados para os Jazigos de Inhassoro e Temane, que totalizam um investimento de 1,76 biliões de dólares americanos, observa-se uma estratégia de diversificação económica e aproveitamento dos recursos naturais da região. Com a produção planeada de energia elétrica, gás liquefeito de petróleo (GPL) e petróleo leve, espera-se a criação de 3 mil empregos directos e indirectos, abrangendo aproximadamente 1,76% da taxa de desemprego local. Embora representem oportunidades de desenvolvimento socioeconómico, é crucial abordar desafios ambientais e garantir uma distribuição equitativa dos benefícios para promover um crescimento sustentável e inclusivo na região.

4.1 Consulta ou Notificação? Desafios nos Processos de Reassentamento em Inhassoro

A expansão do Plano de Desenvolvimento da Sasol referente aos Jazigos de Inhassoro e Temane exigiu a necessidade de construir um novo pipeline e como resultado, mais de 40 famílias foram identificadas como estando a residir na zona indicada para a referida construção e por isso seriam reassentadas para residir em outros locais. Segundo apurou a equipa de pesquisa no terreno, primeiramente, a informação referente a deslocação das famílias foi dada de forma individual e depois foram realizadas consultas comunitárias com as famílias afectadas. Durante as entrevistas no campo, ficou evidente que não houve consulta comunitária propriamente dita²⁷ mas sim um processo de informe que as comunidades deviam ceder as suas terras.

Na legislação moçambicana, a consulta comunitária é um processo pelo qual estranhos, como o Estado, investidores ou empresas, obtêm acesso à terra e aos recursos naturais locais. Durante essa consulta, as comunidades locais são envolvidas para discutir e tomar decisões sobre questões relacionadas à exploração de recursos, garantindo que seus direitos sejam considerados²⁸. Nestas reuniões, as comunidades têm o direito de opinar e até negar a ocupação das suas terras por outras entidades.

Seguindo esta lógica, nota-se logo problemas ainda na fase inicial do processo quando não são obedecidos os princípios básicos de uma consulta comunitária, pelo menos no que diz respeito ao equilíbrio negocial e

22 Bihale, D. (2016). *Indústria Extractiva em Moçambique - Perspectivas para o desenvolvimento do país*, Maputo. Friedrich Ebert Stiftung.

23 Dados obtidos nos Relatórios da ITIE, o mais actualizados referente a informações de 2021 é o 11º dai não ter dados confiáveis para períodos mais actuais

24 Resolução n.º 3/2020, de 29 de Setembro

25 INP (29 de Março de 2022). *Arranca Construção da Primeira Unidade de GPL em Moçambique*. Disponível no link: <https://www.inp.gov.mz/index.php/en/News2/ARRANCA-CONSTRUCAO-DA-PRIMEIRA-UNIDADE-DE-GPL-EM-MOCAMBIQUE>. Acesso: 26/02/2024

26 Idem

27 Que é um processo que consiste em ouvir e colher a opinião e os interesses das comunidades locais que ocupam uma determinada área para o seu desenvolvimento social, económico e cultural.

28 Decreto nº31/2012 de 8 de Agosto. *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas*. I Série-Número 32

à transparência no processo. A verdade é que não houve negociação nenhuma, mas sim informação de uma decisão já tomada, isto porque estas consultas comunitárias foram feitas em um ambiente de assimetria de informação.

Segundo relatam os entrevistados, nos encontros realizados entre as partes interessadas, comunidades, Sasol e Governo do Distrito, no ano 2022 entre os meses de (Setembro-Novembro), as famílias foram informadas que devido à urgência da construção do pipeline, elas seriam reassentadas provisoriamente em casas de *Mukhukhwa*²⁹ perto das suas residências abrangidas pelo pipeline ou em espaços emprestados, ou arrendados por um período de oito meses.

Sendo assim, as famílias dos Bairros de Chitsotso, Mabime, Mangungumete, Temane e Litlau (Localidade de Maimelane), aceitaram ceder os seus espaços para a instalação do pipeline e aceitar ser reassentados de forma provisória. Estas famílias quando questionadas sobre as motivações por detrás desta aceitação, alegam que não tiveram espaço para aceitar ou negar.

Segundo relatou uma mulher chefe do agregado familiar em Mangungumete entrevistada no 31 de Janeiro, no âmbito desta pesquisa cuja identidade será ocultada a seu pedido, *“Quando você não sabe nada, aceita tudo. Só vieram me informar que devia sair e obedeci. E não tive problemas com isso porque o representante do Governo estava lá presente, e a presença deste me deu segurança para aceitar tudo que falavam até porque eu pensei que o Governo não faria nada que ferisse a lei e me colocasse em desvantagem”*.

Casas de reassentamento provisório na localidade de Temane em Inhasorro

Figura 5: Modelo de Casas do reassentamento provisório



²⁹ Casa construída na base de chapas de Zinco e estacas.

Construção de 41 casas de reassentamento definitivo no Bairro Joaquim Mara cada custando 6,5 milhões de Mt (22 prontas restante até final de Junho de 2024)



Casa em construção



Vista exterior de casa concluída: compartimentos internos - 3 quartos, 1 casa de banho, 1 cozinha, 1 sala de estar e 1 arrumo.



Vista do interior de um dos 3 quartos de uma casa pronta



Arrumo onde fica o sistema solar de alimentação eléctrica da casa

4.2 Reassentamento Provisório pode Aprofundar a Vulnerabilidade das famílias

O Regulamento sobre o processo de reassentamento Resultante de Actividade Económicas, aprovado pelo decreto no 31/2012, de 08 de Agosto estabelece que “o reassentamento visa impulsionar o desenvolvimento socioeconómico do País e garantir que a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida e equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos espaços físicos, ambientais, sociais e económicos”

Segundo um acordo de reassentamento que os pesquisadores tiveram acesso, os termos do acordo indicam que os agregados familiares concordam em retirar-se dos locais abrangidos pelo projecto. A Sasol irá proceder um pagamento para compensar a perda dos bens e activos incluindo a disponibilização de uma residência de substituição permanente nos termos do Plano de Reassentamento (PAR), localizada no Bairro Joaquim Mara. As compensações em dinheiro são pagas em duas tranches, a primeira no mês da assinatura do acordo e a segunda e última, no acto da mudança permanente para a residência de substituição permanente. Segundo apurado com os abrangidos, este processo deveria durar 8 meses e não consta do documento do contrato assinado. Foi uma informação verbal.

Em entrevista com alguns abrangidos que optaram pela construção e não arrendamento, informaram que, para além da casa de *Mukhukhwa*, beneficiariam no início de um valor mensal denominado sexta básica de dez mil meticais (10.000,00 MT). Este valor foi depois aumentado para treze mil meticais (13.000,00 MT) mensal. Segundo os entrevistados, estes valores não influenciam os direitos relativos às indemnizações e compensações pela perda das infra-estruturas, machambas, plantas, e casas.

Uma vez que a perda das machambas, infra-estruturas e outros bens, cria uma ruptura da base de subsistência das comunidades as compensações são para restabelecer esta ruptura e não alterar e talvez melhorar o rendimento e a condição sócio económicas dos afectados. O problema é que, no reassentamento provisório, não é obedecido o princípio da não alteração do rendimento o que obriga a empresa a criar condições de subsistência nas famílias reassentadas (Decreto nº 31/2012, de 08 de Agosto). Verifica-se porém que, esta situação levou algumas famílias a parar de praticar a actividade agrícola e começaram a usar o dinheiro das compensações para o seu sustento.

Uma mulher chefe do agregado familiar em Mangungumete entrevistada para esta pesquisa em condição de anonimato relatou que: *“Agora eu vivo bem, tenho dinheiro no fim do mês sem trabalhar, já não preciso ir à machamba, minhas mãos estão mais bonitas, e já nem sei o que é acordar às três da madrugada para ir lutar com enxada na machamba, mesmo 9 horas eu acordo. A vida está boa.*

Os subsídios atribuídos às famílias não são vitalícios e serão pagos até ao momento que se efectuar o reassentamento definitivo. Questionadas algumas famílias sobre como vão garantir a sobrevivência no futuro, revelaram que o pensamento deles é de que o subsídio não irá cessar e não precisarão trabalhar para o resto das suas vidas. Este pensamento representa um risco de potenciais conflitos, porque depois que as famílias forem reassentadas de forma definitiva, poderão achar que a empresa lhes enganou porque os subsídios vão cessar.

Os reassentamentos das famílias afectadas pela construção do pipeline têm uma tendência de contrariar o que a lei impõe. Como notamos acima, as famílias já não praticam a sua principal actividade que garantia a sua sobrevivência durante anos, aliado a isto, está o facto de muitos chefes de famílias não terem nenhum nível de escolaridade, o que lhes coloca em desvantagem no mercado de trabalho formal.

Aquando do pagamento da primeira tranche das compensações, algumas famílias relatam ter apostado em pequenos negócios e outras colocaram parte do dinheiro a prazo no banco. Muitas das famílias relatam que as suas decisões não foram eficazes. Durante as entrevistas as famílias que investiram em pequenos negócios relataram falência, e a justificação foi a da falta de experiência em negócios.

Quanto as famílias que guardaram dinheiro a prazo, mostraram algum desapontamento em relação ao valor dos juros a receber isto porque, estavam em evidente desvantagem de acesso a informação e poder de negociação com os bancos em relação a taxa de juro. E na verdade não houve negociação e nem espaço para isso. Por exemplo, suponhamos que uma famílias tenham optado por colocar 100 mil MT no Banco para ganhar juros no período de um (1) ano. Fazendo uma simulação, através do simulador de deposito a prazo do Standard Bank³⁰ no dia 17/05/2024 as 17H43, verificamos que, no final de 12 meses, a família recebe de juros, 2.796,11MT resultante de uma taxa de juro de 3,15%, desconto de 10% de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRPS). Isto é, com um deposito de 100 mil MT a família recebe em média 233,01MT. Ver resultados da simulação na imagem 5:

30 <https://www.standardbank.co.mz/Contas-Cartoes/Contas/Deposito-a-Prazo/Simulador-de-deposito-a-prazo>

4.3 Resultados do simulador de depósito a prazo do Banco Standard Bank

Simulador de depósito a prazo

Individual Empresa

Capital aplicado: MZN 100.000 .00 Valor rendido: 3.106.79MZN

Prazo em meses: 12 IRPS: 10%

Taxa de juro: 3.15% Valor do IRPS: 310.68 MZN

Net monthly income in MZN: 233.01 MZN

Valor líquido no final: 2.796.11 MZN

Figura 5: simulação de depósito a prazo de 100 mil MT por 12 meses

Durante a interação a equipa explicou alguns contornos dos contratos assinados com a Sasol e bancos e estas mostraram alguma frustração tendo em conta as suas expectativas.

Uma mulher chefe de agregado familiar entrevistada desabafou nos seguintes termos: “Assim que você me explicou este contrato, minha alma está profundamente abatida, não estou nada feliz com isto, eu não imaginava que os bancos também nos roubam. Com aquele dinheiro eu queria construir algumas casas para colocar em arrendamento, mas assim, já não sei o que fazer”

4.4 Fragilidades nos Contratos e as Possíveis Consequências Negativas para as Famílias Afectadas e Empresa

A informação de que o reassentamento definitivo iria ocorrer dentro de oito meses segundo relatam os entrevistados foi transmitida verbalmente durante o processo de contacto com as comunidades. Este facto revela fragilidades destes contratos e possível má-fé da empresa, porque não incluiu o prazo dos 8 meses no Acordo de Compensação e Reassentamento mostrando que desde o princípio do processo não havia certezas do cumprimento do prazo.

Esta situação acaba colocado a empresa a proceder a pagamentos mensais às famílias reassentadas provisoriamente e estas ficam numa situação cómoda de não criarem base de sustentabilidade, o que pode agravar a pobreza e vulnerabilidade e gerar conflitos no futuro. Jenkins & Obara (2006) e Langa & Massingue (2014) referem que, em algumas situações as empresas extractivas criam uma dependência insustentável das comunidades e isto representa um risco de aumento da pobreza e vulnerabilidade económica e social das famílias.

Algumas famílias relataram que as casas provisórias apresentaram problemas de infiltração, tamanho inadequado e falta de conforto, o que irá afectar o bem-estar das famílias reassentadas. Estes relatos levantam preocupações das famílias na medida em que deverão desviar os fundos das compensações para fazer intervenções em casas que supostamente deveriam ser novas.

Está evidente que este processo não vai impulsionar o desenvolvimento socioeconómico e vai acentuar a pobreza das famílias. Se olharmos para a definição do Banco Mundial³¹, que considera como pobres aqueles que não são capazes de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas para a sua subsistência, logo notamos que a curto e longo prazo estas famílias estarão enquadradas nesta definição.

31 Banco Mundial (17/10/2023). *Poverty*. Disponível no site: <https://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/overview>. Acesso 11/03/2024

As fragilidades nos contratos de reassentamento podem trazer diversos prejuízos para a Sasol. A falta de clareza e formalização do prazo de reassentamento pode ser interpretada como má-fé, minando a confiança da comunidade e das partes interessadas. Os pagamentos mensais às famílias reassentadas provisoriamente, sem oferecer soluções sustentáveis, podem gerar uma dependência insustentável, aumentando a pobreza e vulnerabilidade económica das famílias. Além disso, os problemas relatados com as casas provisórias, como infiltração e tamanho inadequado, podem levar a despesas adicionais e insatisfação contínua das famílias, potencialmente resultando em conflitos sociais e danos à reputação da empresa. Este cenário não apenas impede o desenvolvimento socioeconómico, mas também pode expor a empresa a litígios, protestos e pressão pública, afectando negativamente sua operação e imagem a longo prazo.

A empresa, o Estado, as Organizações da Sociedade Civil e outras partes interessadas, devem avaliar o impacto a curto e médio prazo do reassentamento nos termos descritos. É preciso fazer um acompanhamento para estas famílias para garantir uma convivência harmónica entre elas e a empresa. O Governo precisa mostrar interesse e estar efectivamente atento a estes processos com vista a defender os direitos das comunidades.

4.5 Agricultura e Subsistência: Desafios Pós-Reassentamento em Inhassoro

A agricultura e a pesca são as principais actividades económicas no distrito de Inhassoro³². Quase todas famílias abrangidas pelo reassentamento provisório são camponesas, e elas praticam a agricultura de subsistência e por isso podem ser classificadas como camponeses de pequena escala e médios. Mas algumas delas têm adoptado uma diversificação como estratégia de sobrevivência, isto é, as famílias praticam a agricultura de subsistência combinada com outras actividades de rendimento como é o caso do emprego formal na Sasol ou aquelas contratadas pela multinacional ou em outras áreas, actividades informais (Bruna, 2023).

Uma das características destes agregados familiares é que elas detêm suas machambas em zonas distantes das suas residências. E nas suas residências, elas fazem pequenos cultivos para as culturas com um curto ciclo de vida. Sucede que, na vila do reassentamento que está sendo construída, não existe espaço para plantar as culturas de curto ciclo de vida porque os talhões são pequenos. Além disso, com a passagem das famílias para o bairro Joaquim Mara, as suas machambas estarão mais distantes e algumas famílias não têm condições de se deslocar para a machamba.

Sem machamba, com negócios falidos e sem escolaridade mínima e nem idade favorável para procurar emprego no mercado formal, estarão criadas as condições para problemas sociais aliados à falta de meios de subsistência, e conflitos entre as partes.

Este contexto revela uma série de desafios interligados que podem comprometer o bem-estar e a subsistência das famílias afectadas pelo reassentamento. A falta de consideração adequada das práticas agrícolas e das necessidades das comunidades na fase da planificação do reassentamento provisório demonstra uma lacuna significativa na abordagem adoptada pela Sasol e pelas autoridades governamentais. A ausência de espaços para cultivos de curto ciclo de vida e a distância das machambas impactam directamente a segurança alimentar e o sustento das famílias, enquanto a falta de alternativas viáveis de renda pode levar à instabilidade socioeconómica e ao aumento das vulnerabilidades. Esses desafios destacam a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e sensível às necessidades das comunidades afectadas, bem como de um monitoramento efectivo e medidas correctivas para mitigar os impactos negativos do reassentamento. Importa referir que isto já foi visto em outras comunidades de reassentamento e o Governo não parece ter aprendido nada com isto tudo.

A situação descrita afecta de maneira significativa os grupos vulneráveis da população, especialmente as mulheres, idosos e crianças. No distrito de Inhassoro, onde a agricultura e a pesca são as principais actividades económicas, muitas das famílias afectadas pelo reassentamento provisório dependem da agricultura de subsistência. A realocação para a vila do reassentamento, onde não há espaço suficiente para os cultivos de curto ciclo de vida e as machambas estão ainda mais distantes, prejudica directamente sua capacidade de sustento.

Mulheres chefes de família, que são comuns em Moçambique devido a doenças como o HIV, estão particularmente vulneráveis. Elas frequentemente carecem de escolaridade mínima e não têm condições favoráveis para buscar emprego formal. A ausência de machambas acessíveis e a falta de espaços adequados para pequenos cultivos em suas novas residências comprometem a segurança alimentar e a subsistência dessas famílias.

Idosos e crianças, que dependem do apoio das mulheres chefes de família, também são gravemente afectados, aumentando a carga de vulnerabilidade. Sem meios de subsistência e enfrentando desafios adicionais para gerar renda, essas famílias podem ver seus pequenos negócios falirem, agravando a pobreza e a vulnerabilidade socioeconómica.

³² Governo da Província de Inhambane (06/12/2017). Breve Caracterização do Distrito de Inhassoro. Disponível no site: www.inhambane.gov.mz/por/Ver-Meu-distrito/inhassoro/O-Distrito/Breve-Characterizacao-do-Distrito. Acesso: 11/03/2024

4.6 Relações Tensas e falta de Confiança entre membros da Comunidade

O distrito de Inhassoro já foi palco de muitos conflitos violentos envolvendo as comunidades e a empresa Sasol. Durante o trabalho no campo, verificou-se uma tendência de conflitos não só ligados ao reassentamento, mas também ligados aos ADL's. A equipa ouviu das comunidades que há muitas promessas não cumpridas, e, se até agora não surgiu alguma manifestação, isso deve-se ao trabalho de sensibilização dos líderes comunitários.

Aliado a isso, existe uma percepção, por parte de alguns membros das comunidades, de que os líderes não estão para defender a comunidade mas sim aos interesses da empresa e do Governo. Numa abordagem sobre representantes comunitários, Feijó (2020) e Nhampossa (2020) defendem que nas comunidades, os líderes comunitários e as suas famílias (de forma alargada), são os maiores beneficiários da penetração do capital no meio rural, estes benefícios se devem ao facto de eles (os líderes) serem praticamente as portas de entrada das empresas para as comunidades e agentes do centros de poder distrital em defesa dos interesses partidários na comunidades.

Para Nhampossa (2020) e Feijó (2020), os líderes comunitários são engolidos pelas empresas e pelo poder político em troca de alguns bens e facilidades e por isso muitas vezes são vistos como traidores das suas comunidades. Este pensamento não está distante da realidade do distrito de Inhassoro.

A forma como os líderes tentam justificar e defender algumas acções injustas da empresa mostra esta tendência. O que se verifica em Inhassoro é a diferenciação no tratamento dos líderes pela empresa. Existem líderes que tomam o discurso das comunidades quanto à insatisfação no processo de reassentamento provisório e outros que parecem estar muito à vontade com a forma como o processo foi conduzido.

A situação descrita revela uma dinâmica complexa e delicada entre as comunidades, a multinacional Sasol e os líderes locais em Inhassoro. A percepção de que os líderes comunitários podem estar mais alinhados com os interesses da empresa e do governo do que com os da própria comunidade levanta questões importantes sobre representatividade e transparência. A pesquisa de Feijó (2020) e Nhampossa (2020) fornece uma lente teórica útil para entender essas dinâmicas, destacando a influência do capital nas áreas rurais e o papel dos líderes como intermediários entre as empresas e as comunidades.

No entanto, a falta de coesão entre os líderes, alguns dos quais parecem favorecer a empresa Sasol em detrimento das necessidades da comunidade, contribui para a desconfiança e a falta de legitimidade desses representantes das comunidades. Nesse contexto, sugere-se uma maior fiscalização e prestação de contas dos líderes comunitários, além de um diálogo mais aberto e inclusivo entre todas as partes interessadas, visando garantir uma representação autêntica e uma abordagem mais equitativa para lidar com os desafios enfrentados pelas comunidades de Inhassoro.

4.7 Desigualdades de Género no Reassentamento

O tratamento das famílias neste processo é diferenciado. Enquanto algumas famílias beneficiaram de casas de Mukhukwa, outras não tiveram a mesma sorte, algumas famílias não têm casas de espera, um dos membros das famílias entrevistadas em Mabime, teve que usar o dinheiro das compensações para construir uma casa provisória, a distância recomendada entre as residências e a área de passagem do *pipeline* não é obedecida, e esta família não recebe os subsídios de sobrevivência que os outros tem acesso. Isto levanta a problemática da diferenciação no tratamento das famílias com os mesmos problemas sociais.

Neste processo do reassentamento provisório, foi também verificado que, não foi privilegiada a participação das mulheres e jovens nos processos decisórios. É que apesar das campanhas de sensibilização nas comunidades sobre o espaço que deve ser dado às mulheres e jovens na tomada de decisões, no campo a realidade é totalmente diferente.

Em todas as comunidades visitadas, os líderes comunitários são homens de idade avançada, e estes, servem como porta de entrada para a interação da empresa Sasol e até do Governo com as comunidades, o que lhes coloca em uma posição de destaque e com poder de decidir pela comunidade.

Para alguns jovens entrevistados, estes líderes não representam as comunidades e não transmitem a real vontade das comunidades tanto para o Governo, como para a empresa. Um dos jovens entrevistados, referiu que *“os campos de futebol que estão a construir não vão ajudar a matar a nossa fome. nós queremos emprego ou bolsas de estudos para podermos ter oportunidade de emprego a Sasol, os velhos escolheram isso por pensarem que o campo nos agrada, quando falamos dizem que somos novos e não podemos contrariar os mais velhos”*.

Uma das mulheres chefe de agregado familiar na comunidade de Mangungumete, queixou-se de uma tentativa de usurpação dos seus direitos de compensação pelos líderes comunitários em convivência com alguns trabalhadores da empresa que fora contratada para liderar o processo do reassentamento provisório, a Consultec. Ela referiu que, “*eles vêm aqui com muitos papéis, falam, falam e não te dão espaço de entender nem questionar algo*”. Segundo revelou, e o mesmo foi constatado ao longo da pesquisa, os homens não tiveram esses problemas, alegadamente porque são respeitados e quando falam são ouvidos.

Uma outra mulher entrevistada no âmbito desta pesquisa, revelou que o marido é que participou em todo o processo de interação com a empresa e até da negociação referente à machamba e todas as plantas que lá haviam. Ela nem sabia quanto a família recebeu e ainda vai receber no âmbito do reassentamento.

O Comitê do Desenvolvimento Comunitário de Maimelane (CDCM) relatou que uma das famílias que residia na zona indicada para a passagem do *pipeline* na comunidades de Mangungumete, é chefiada por uma mulher funcionária pública, segundo o CDCM, ela questionou e discordou da compensação que lhe era proposta, por ela entender que a mesma era injusta.

Segundo o CDCM a posição dela foi respeitada e tomada em consideração, tanto é que a reclamação dela foi contemplada nos acordos. Esta capacidade de questionar não existe em muitas famílias abrangidas e, se há algum questionamento, normalmente não é levado em conta, sobretudo quando vem das mulheres e homens chefes de famílias desfavorecidas.

Esta situação de tratamento diferencial não é nova. Bruna (2023) aborda a questão das diferenças pré-existentes nas famílias afectadas pela penetração do capital no meio rural evidenciado que o tratamento diferencial tende a beneficiar as elites locais e em grande medida, a empresa, em prejuízo das famílias sem nenhuma posição social e/ou chefiadas por mulheres e da própria comunidade de modo geral. Nas relações sociais entre as empresas exploradoras e as comunidades é possível identificar diferenças no tratamento das famílias, dependendo da categoria que em que cada família se enquadra.

Neste contexto de diferenciação, pelo menos quatro categorias de famílias podem ser identificadas: (1) famílias chefiadas por elites locais (líderes comunitários, régulos, etc.); (2) famílias chefiadas por assalariados permanentes (incluem funcionários públicos, privados no sector extractivo ou fora); (3) famílias chefiadas por trabalhadores desfavorecidos; e (4) famílias chefiadas por mulheres³³. Das famílias reassentadas, não há informação de algum líder comunitário reassentado, mas algumas famílias, sobretudo aquelas que são chefiadas por mulheres, se queixaram da tendência dos líderes tirarem vantagem do processo, priorizando os seus familiares, não só no processo do reassentamento, mas também do na seleção para o emprego.

Para resolver as desigualdades de género e tratamento diferenciado no reassentamento, é crucial implementar e fortalecer leis que protejam as famílias vulneráveis, fornecer assistência legal durante as negociações, garantir a participação activa de mulheres e jovens nos processos decisórios, e estabelecer mecanismos de transparência e fiscalização independente. Além disso, programas de capacitação e educação devem ser oferecidos para que as comunidades compreendam seus direitos e participem de maneira informada, assegurando um processo de reassentamento mais justo e equitativo.

4.8 Governo deve proteger os direitos das comunidades

Oito meses depois do reassentamento provisório, o *pipeline* está finalizado, mas as casas ainda não foram entregues, aliás, só depois da construção do pipeline é que teve lugar o lançamento da primeira pedra para a construção da vila do reassentamento, em Agosto de 2023. Quando a Sasol foi questionada sobre o atraso no cumprimento dos prazos, referiu que isso se deveu a factores como o ciclone Fredy, morosidade no processo de atribuição do DUAT, constrangimentos nos concursos públicos para fornecimento de bens e serviços e processos burocráticos.

Importa referir que o prazo de oito meses não era oficial, tanto é que não consta do Acordo de Compensação e Reassentamento, o que pode dificultar a responsabilização legal da empresa pelo “incumprimento dos prazos”. A questão imediata é: Como se protege os direitos das comunidades diante deste cenário?

33 Bruna, N. (2023). *Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: Mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes*. Observador Rural No 136 Observatório do Meio Rural.

Figura 6: Sinal de passagem do gasoduto em Mabime. 31 de Janeiro 2023



O facto das comunidades ter informação adequada neste processo é um indicio de que há supremacia na priorização dos projectos em detrimento do bem estar social das comunidades. Quase todos os entrevistados mostraram que teria sido melhor se logo que foram retiradas das suas residências, tivessem imediatamente passado para o reassentamento definitivo.

Os problemas aqui arrolados destacam a necessidade urgente de uma abordagem mais justa, transparente e inclusiva no processo de reassentamento, garantindo o respeito pelos direitos humanos e a participação significativa das comunidades afectadas, especialmente das mulheres. O governo deve desempenhar um papel activo na protecção dos direitos das comunidades principalmente para os grupos vulneráveis e na promoção de processos de reassentamento que priorizem o bem-estar e os interesses das populações locais.

5. Conclusão

A pesquisa realizada em Inhassoro e Govuro revelou uma série de desafios significativos relacionados à implementação dos projectos de desenvolvimento local (ADLs) e aos reassentamentos provisórios associados à expansão da Sasol na região.

Destaca-se lacunas na alocação de recursos, falta de transparência e participação das comunidades afectadas, bem como preocupações sobre a eficácia e a adequação dos processos de reassentamento.

Além disso, a dependência financeira da Electricidade de Moçambique (EDM) em relação à Sasol para a materialização de actividades que deveriam ser da sua inteira responsabilidade levanta questões sobre possíveis conflitos de interesses e influência indevida.

A assimetria de informações, a exclusão de grupos vulneráveis, como mulheres e jovens, e a falta de consulta adequada durante o processo de elaboração e implementação dos ADL's e reassentamentos provisórios são indicativos de uma abordagem inadequada para o desenvolvimento local e a mitigação de impactos negativos.

A Sasol posiciona-se em relação aos desafios enfrentados em seu projecto, atribuindo o nível actual de execução de 44% a questões como falta de seriedade e capacidade dos empreiteiros, bem como a processos burocráticos internos e externos. A empresa justifica a disparidade financeira alegando que os recursos supostamente em falta são destinados a custear despesas logísticas, consultorias e subsídios de transporte para reuniões, embora essa explicação levante preocupações quanto à transparência. Em relação à demora na expansão do projecto da EDM, a Sasol aponta questões de *procurement* e mobilização de recursos como principais razões. Para lidar com comunidades fora da rede, a empresa planeia fornecer *kits* de energia solar, embora tenha sido levantada preocupação sobre a adequação do orçamento previsto. A Sasol também menciona outros obstáculos, como o ciclone Fredy e morosidade em processos de atribuição de licenças, para explicar atrasos no cumprimento de prazos.

Em toda esta problemática, o Governo não está presente para acompanhar e ajudar a resolver as preocupações das comunidades.

5.1 Recomendações

Com base nas principais constatações da pesquisa, recomenda-se:

Para o Governo:

- i. *Fortalecer os mecanismos de supervisão e monitoramento dos projectos de desenvolvimento local para garantir a transparência e prestação de contas na alocação de recursos; e*
- ii. *Promover a participação significativa das comunidades afectadas em todas as fases dos projectos, incluindo o planeamento, implementação e monitoramento.*

Para a Sasol:

- i. *Adoptar uma abordagem mais colaborativa e inclusiva com as comunidades locais, reconhecendo e respeitando seus direitos e interesses; e*
- ii. *Garantir uma comunicação transparente e regular com as partes interessadas, fornecendo actualizações claras sobre o progresso dos projectos e eventuais desafios enfrentados.*

Para a Electricidade de Moçambique (EDM):

- i. *Manter a independência e imparcialidade nas operações, evitando qualquer influência indevida de fontes externas, incluindo empresas privadas como a Sasol; e*
- ii. *Garantir a eficiente utilização dos recursos financeiros recebidos, priorizando o atendimento às necessidades energéticas das comunidades mais vulneráveis.*

Para as Comunidades Afetadas:

- i. *Fortalecer os canais de representação e inclusão de grupos vulneráveis, organização comunitária para que possam fazer ouvir suas vozes e necessidades maneira mais eficaz; e*

- ii. *Buscar apoio de organizações da sociedade civil e órgãos governamentais para defender seus direitos e interesses em relação aos projectos de desenvolvimento local e reassentamentos provisórios.*

Para Sociedade Civil:

- i. *Fortalecer os canais de representação e inclusão de grupos vulneráveis, organizando-se para amplificar suas vozes e necessidades de forma eficaz; e*
- ii. *Criar sinergias entre as organizações da sociedade civil e órgãos governamentais para defender os direitos e interesses das comunidades afectadas em relação aos projectos de desenvolvimento local e reassentamentos provisórios.*

6. Referências

- Bihale, D. (2016) *Indústria Extractiva em Moçambique - Perspectivas para o desenvolvimento do país*, Maputo. Friedrich Ebert Stiftung.
- Bruna, N. (2023) Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: Mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes. Observador Rural No 136 Observatório do Meio Rural.
- Castel-Branco, CNB. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)
- Feijó, J (2020) Questionando o conceito de comunidades: Em J. Mosca & J. Tamele (Org) *Reflexões e Considerações para o Debate sobre Revisão da Política Nacional de Terras* (s/d). Maputo, Escolar Editora, pp. 17-22
- ITIE Moçambique - Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (2014). *Quarto Relatório de Reconciliação 2011*. Maputo: Intellica.
- ITIE-Moçambique (2014). *Quinto Relatório da ITIE 2012*. Maputo: Intellica.
- Jenkins, H. & Obara, L. (2006) *Corporate Social Responsibility (CSR) in the mining industry – the risk of community dependency*. Comunicação apresentada na Corporate Responsibility Research Conference.
- Langa, E; Massingue, N (2014) *Indústria extractiva e desenvolvimento local: O papel da responsabilidade social empresarial*. Em L. Brito; Carlos C.N.B; S. Chichava; S. Forquilha; A. Francisco (Orgs) *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo, IESE. pp. 229-245.
- Nhampossa J (2020) *Salvaguarda dos direitos sobre a terra no contexto da revisão da política de terras*. Em J. Mosca & J. Tamele (Org) *Reflexões e Considerações para o Debate sobre Revisão da Política Nacional de Terras* (s/d). Maputo, Escolar Editora, pp. 35-40
- Remane, Samanta. (2009). *Guião de Consultas Comunitárias*. Centro Terra Viva. 1a Edição

Legislação

- Decreto 31/2012, de 8 de Agosto – Aprova o regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas;
- Resolução n.º 21/2014 de 16 de Maio - Aprova a Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais. Diploma ministerial n.º 08/2017, de 16 de Janeiro.

Jornais, páginas da internet e Artigos consultados

- Acordos de Desenvolvimento Local para o Distrito de Govuro.
- Acordos de Desenvolvimento Local para o Distrito de Inhassoro.
- Evidências (02/12/2021) Jovens de Inhassoro voltam a manifestar-se para exigir emprego nos projectos da Sasol. In <https://evidencias.co.mz/2021/12/02/jovens-de-inhassoro-voltam-se-a-manifestar-para-exigir-emprego-nos-projectos-da-sasol/>. Consultado em 11.02.2024.
- <http://www.inp.gov.mz/pt/Noticias/Aprovada-Decisao-Final-de-Investimentos-do-PSA-de-Pande-Temane>. Consultado em 10.02.2024.

- <http://society.sasol.com>. Consultado em 02 – 15 de Fevereiro 2024
- Revista da Sasol 2022
- Revista da Sasol 2023

7. Apêndices

I. Guiões de entrevistas aos reassentados (provisório)

Por favor antes de iniciar a conversa, confirme que o entrevistado tem conhecimento que esta entrevista é para objectivo de pesquisa e estudos do Centro de Integridade Pública.

1. Seu nome e funções na comunidade?
2. Como teve a informação sobre a construção do pipeline?
3. Quando e como soube que teria que se deslocar para outra residência?
4. Sabe o que é consulta comunitária?
5. Nestas negociações, houve consulta comunitária?
6. Esta consulta constituiu um espaço onde permitiu discussão entre todos os actores ou foi apenas um espaço de informe?
7. Como acha que a consulta comunitária deveria ter sido feita?
8. Estava de acordo com deslocar-se por 8 meses para outra residência e depois de 8 meses mudar-se para a residência permanente?
9. Não preferiria ter saído da sua casa directamente para a nova residência permanente?
10. Sabe por que razão teve de ser reassentado de forma provisória? Porque a Sasol teve pressa em retirar-vos da residência actual?
11. A casa provisória responde as suas necessidade?
12. Há quanto tempo esta na casa actual?
13. Que problemas esta casa apresenta?
14. Considera que tem melhores condições que a sua casa antiga? Porque?
15. Foi negociado o modelo de casa permanente?
16. Acha que a indemnização e as compensações foram justas?
17. Está satisfeita com a presença da Sasol e as suas acções na comunidade?

NOTA: Este é somente um guião, o entrevistador pode explorar outras questões que se mostrem importantes, sem por isso sair da a essência da pesquisa

II. Guião de entrevista para membro do Governo (Comité de Parceria dos ADL's)

Por favor antes de iniciar a conversa, confirme que o entrevistado tem conhecimento que esta entrevista é para objectivo de pesquisa e estudos do Centro de Integridade Pública

1. Nome e função no Governo e no Comité de Parceria?
2. O que é um comité de parceria e quais são as suas atribuições?
3. Acha que as decisões tomadas no comite de Parceria reflectem a vontade das comunidades?
4. O Comité de Parceria é representativo?
5. Os ADL's são conhecidos pelas comunidades? Como foi feita a divulgação?
6. O que o Governo tem a dizer sobre o nível de empregabilidade no âmbito dos ADL's?
7. O presente ADL têm um prazo de cinco anos, que termina em 2025. Qual é a valiação que faz dos 4 anos dos ADL's?

8. Qual é o impacto socioeconómico dos ADL's no distrito?
9. Como avalia os parceiros de implementação dos ADL's (GIZ, SNV e FOR África)?
10. Quantas e quais são os projectos desenvolvidos no âmbito dos ADL's?
11. As comunidades participam da aprovação dos projectos relacionados aos ADL's e à responsabilidade Social?
12. Há planos orçamentais partilhados com o governo?
13. Acha que a priorização dos projectos está ajustada aos interesses locais? Se não, qual devia ser a priorização?
14. Como avalia os ânimos das comunidades em relação ao emprego e financiamento à iniciativas locais?
15. Como são resolvidos os conflitos que advém da exploração mineira no distrito?

NOTA: Este é somente um guião, o entrevistador pode explorar outras questões que se mostrem importantes, sem por isso sair da a essência da pesquisa

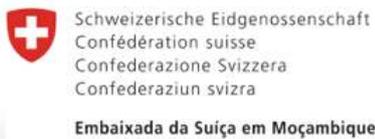
III. Guião de entrevistas às comunidades no âmbito dos ADL's

Por favor antes de iniciar a conversa, confirme que o entrevistado tem conhecimento que esta entrevista é para objectivo de pesquisa e estudos do Centro de Integridade Pública.

1. Nome e função na comunidade.
2. Tem conhecimento da existência dos acordos de desenvolvimento local do distrito?
3. Se sim, como teve a informação?
4. Quais são os projectos da sua comunidade que foram implementados no âmbito dos ADL's?
5. Houve consultas comunitárias para a priorização dos projectos?
6. Concordou com a forma como a consulta foi realizada?
7. Como acha que devia ter sido realizada a coconsulta?
8. Qual é a sua relação com a liderança local? Acha que ela defende os interesses locais das comunidades?
9. Como é gerida a questão do emprego para os locais?
10. Tem conhecimento da existência do Grupo de Trabalho Conjunto do Emprego, e do Centro do recrutamento de Maimelane?
11. Como classifica o processo de recrutamento quando à transparência?
12. Há membros da sua família que passaram por este processo de recrutamento? Se sim, como foi?
13. Conhece a diferença entre a função e as acções do Estado e da empresa?
14. O que acha que a empresa e o Governo devem fazer para garantir um desenvolvimento integrado do distrito?
15. Já se beneficiou de algum financiamento ou projecto da empresa de modo particular? Qual foi? Pode contar como aconteceu?
16. Há resultados desse financiamento? Conseguiu desenvolver economicamente?
17. Como avalia a presença da Sasol em Inhassoro e/ou Govuro?

NOTA: Este é somente um guião, o entrevistador pode explorar outras questões que se mostrem importantes, sem por isso sair da a essência da pesquisa

Parceiros:



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos

